

Relatório e Contas 2022



Índice

1. Relatório da Gestão	3
2. Relatório do Auditor Independente	14
3. Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro em 2022	17
4. Demonstração do rendimento integral em 31 de Dezembro em 2022	19
5. Demonstração das variações em capital próprio em 31 de Dezembro de 2022	21
6. Demonstração de fluxos de caixa para o período em 31 de Dezembro de 2022	23
7. Notas explicativas às demonstrações financeiras	25
8. Anexo à circular nº3/SHC/20 07	61
9. Parecer do Fiscal Único	66



Relatório de Gestão



01.



Relatório da Gestão

1.1 Introdução Conjuntura operacional

O Futuro Mcb, S.A. é uma instituição de micro finanças estabelecida em Nampula, em 2017 para atender à demanda de inclusão financeira dos grupos vulneráveis e de baixo rendimento, especialmente mulheres microempresárias no norte de Moçambique. O Futuro expandiu sua estratégia para incluir apoio às pequenas e médias empresas (PMEs), continuando a servir indivíduos e grupos de baixo rendimento e está comprometido com a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique e com a Agenda 2030 da ONU para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

O Futuro beneficia do apoio do governo suíço, através da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC), seu principal acionista, no âmbito da sua colaboração com o Governo de Moçambique e com o Banco de Moçambique, sustentando os esforços nacionais de construção de um sistema financeiro mais inclusivo, nas áreas rurais e urbanas nas quais a população sem acesso aos serviços bancários é elevada.

A Hollard Moçambique - Companhia de Seguros S.A. e outros acionistas do Futuro, estabeleceram uma parceria público-privada que adicionou valor às operações do Futuro por meio de conceitos inovadores. Por meio desta parceria, o Futuro oferece serviços de intermediação de seguros aos seus clientes. Isso permite ao Futuro apoiar uma ampla gama de necessidades financeiras dentro das comunidades que atende, reforçando o seu compromisso de promover transformação económica positiva em Moçambique.

Em 8 de Maio de 2022, o Futuro celebrou o seu quinto aniversário e apresentou um lucro de MT 11.858.831 no encerramento do exercício económico, representando um aumento de 15,57% em

relação ao ano anterior. Em Outubro, o Conselho de Administração do Futuro realizou uma reunião para definir um plano para os próximos cinco anos (2023-2027) para orientar o Futuro na próxima fase de expansão.

No presente exercício o Futuro alcançou resultados importantes, incluindo a contribuição para a inclusão financeira no norte de Moçambique, concedendo mais de 5.000 empréstimos para indivíduos e microempresários, com um foco no atendimento às mulheres (70% dos mutuários).

1.2. Economia Global

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o crescimento global vai abrandar para um dos seus ritmos mais lentos em quase três décadas, ficando atrás apenas das recessões globais de 2009 e 2020. A atividade económica global está a passar por uma desaceleração mais ampla e acentuada do que o esperado, com uma inflação mais elevada do que a observada em várias décadas. A crise do custo de vida, o aperto das condições financeiras na maioria das regiões, a invasão da Ucrânia pela Rússia e a persistente pandemia de COVID-19 estão a ter um grande impacto nas perspectivas económicas. O crescimento global abrandou de 6% em 2021 para 2,5% em 2022 e prevê 2,7% para 2023, a inflação global aumentou de 4,7% em 2021 para 8,1% em 2022, mas tendem a diminuir para 6,5% em 2023 e para 4,1% em 2024.

A política monetária deve manter-se no caminho para restaurar a estabilidade dos preços e a política fiscal deve visar aliviar as pressões sobre o custo de vida, mantendo uma postura suficientemente restritiva e alinhada com a política monetária. As reformas estruturais podem apoiar ainda mais a luta contra a inflação, melhorando a produtividade e aliviando as restrições do lado da oferta,

enquanto a cooperação multilateral é necessária para acelerar a transição para a energia verde e evitar a fragmentação.

Nas economias em desenvolvimento, o Banco Mundial prevê que a economia global apresente um crescimento de 1,7% em 2023 e 2,7% em 2024. A expectativa é que a forte desaceleração do crescimento seja generalizada, com previsões revisadas para baixo para 95% das economias avançadas e para quase 70% dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento.

A actualização Económica de 2022 para Moçambique refere que o crescimento acelerou face aos 2,2% de 2021 e ficou acima dos 2,9% previstos pelo Governo no Plano Económico e Social e Orçamento de Estado para 2022 perfazendo um crescimento acumulado ao ano de 4,15%, apesar das adversidades económicas globais que resultam do aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos. Para 2023 prevê-se a retomada de projectos de GNL de maior dimensão, estes deverão estimular o sector extractivo, aumentar a procura de serviços e fomentar as exportações. Espera-se que o crescimento da produção agrícola permaneça significativo, sujeito à existência de condições climáticas favoráveis. No entanto, permanecem riscos consideráveis, incluindo os altos preços internacionais do petróleo e do trigo devidos à guerra na Ucrânia, desastres naturais e uma deterioração da situação de segurança no norte de Moçambique, o que pode aumentar as pressões sobre a despesa pública, entre outros.

As perspectivas a médio prazo são positivas. Espera-se que o crescimento acelere a médio prazo, atingindo 6% em 2023-2025, impulsionado pela contínua recuperação dos serviços, pelo aumento da produção de gás natural liquefeito e pelos preços elevados das matérias-primas. Contudo, riscos negativos relacionados com choques climáticos, riscos de segurança e pressões sobre os preços de alimentos e combustíveis podem reduzir o crescimento do PIB a médio prazo para 4,5%.

1.3. Conjuntura doméstica

Ao nível doméstico, o desempenho da economia nacional foi influenciado pelos impactos dos choques climáticos que afectaram o país no início do ano; Ajustamento, em alta, do preço dos combustíveis, na segunda quinzena de Março, pelo incremento dos preços de bens alimentares no mercado internacional e pelo agravamento dos custos de transporte de mercadorias importadas.

Em Moçambique a economia cresceu 3,6% em termos anuais, refletindo a recuperação pós-COVID-19 e o bom desempenho das exportações, principalmente devido à melhoria nos preços das principais mercadorias exportadas. Para o curto prazo, apesar das perspectivas de desaceleração da economia mundial, espera-se que a atividade económica interna continue a melhorar, impulsionada pela implementação de projetos energéticos estruturais no país e pelo aumento da demanda agregada com a retomada do apoio direto ao orçamento do Estado. Quanto à inflação anual, espera-se uma desaceleração a curto prazo, beneficiada pelo efeito base, pela estabilidade do Metical em relação ao dólar americano e pelas condições financeiras restritivas. No entanto, persistem incertezas em relação aos impactos da prolongada disputa entre Rússia e Ucrânia e à evolução dos preços controlados internamente.

O Banco de Moçambique tem como prioridade manter a estabilidade de preços para proteger o poder de compra dos cidadãos. Isso significa manter a inflação baixa e estável no médio prazo, o que favorece um crescimento económico equilibrado e sustentável. A estabilidade de preços também reduz a incerteza dos agentes económicos e permite taxas de juros mais atraentes, o que contribui para um ambiente favorável à poupança e ao investimento. Para garantir a estabilidade de preços, o CPMO define a taxa de juros de política, conhecida como taxa do Mercado Monetário Interbancário de Moçambique (MIMO).

Ao nível do Norte de Moçambique as perspectivas do Plano Económico e Social, vertidas no Plano Económico e Social - Orçamento do Conselho Executivo Provincial para 2022, destaca-se

a implementação do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado para o período de 2021 a 2024, bem como do SUSTENTA, que tem como objetivo aumentar a produção e a produtividade agrícola através do fornecimento de insumos e outros meios de produção, monitorização e campanhas de comercialização.

As ações realizadas no âmbito do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado têm contribuído para a melhoria das condições de vida, permitindo que a população regresse em segurança às suas áreas de origem com as condições necessárias para a sua subsistência e autossuficiência, bem como para a retoma da atividade económica local.

1.4. Propósito, Visão e Missão

O Futuro permite uma transformação económica positiva para indivíduos e empreendedores em crescimento em Moçambique.

A visão do Futuro é ser um banco líder de microfinanças em Moçambique.

A missão do Futuro é fornecer uma variedade de soluções financeiras de forma inclusiva, simples, responsável e sustentável.

1.5. Modelo de Negócios e Valores

O nosso modelo de negócios é inclusão, simplicidade, responsabilidade e sustentabilidade em linha com os princípios dos nossos accionistas (Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação – SDC - e a Hollard Moçambique) que apostam em iniciativas para um sector financeiro mais inclusivo:

Inclusão: O Futuro visa promover uma mudança positiva para a inclusão financeira, fornecendo produtos e serviços financeiros aos seus clientes, independentemente do seu género, orientação sexual, educação ou grupo étnico, com um foco particular na população não bancarizada em Moçambique.

Simplicidade: O Futuro prioriza a simplicidade em sua abordagem aos serviços financeiros, oferecendo produtos acessíveis e de fácil compreensão para indivíduos e empreendedores em crescimento sem burocracia. Essa abordagem é adaptada às necessidades do mercado local.

Responsável: O Futuro mantém os mais altos padrões éticos baseados em valores compartilhados, com um código de conduta que trata todos com cuidado, dignidade e respeito.

Sustentável: O Futuro oferece os seus serviços permanentemente e de forma sustentável para ter um impacto duradouro em seus clientes para uma transformação económica positiva.

Transformação económica: No contexto da missão e valores do Futuro, transformação económica positiva significa capacitar indivíduos e empreendedores em crescimento em Moçambique a aceder aos serviços e produtos financeiros que necessitam para se desenvolver de forma sustentável e liderar um crescimento e desenvolvimento económico de longo prazo.

1.6. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O Futuro está empenhado em apoiar a Agenda 2030 da ONU e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribuindo para a política de inclusão financeira do Governo de Moçambique. Alinhado à Estratégia de Sustentabilidade e potencializando o compromisso em gerar valor aos seus *stakeholders*, o Futuro prioriza 8 ODS's, que reforçam o comprometimento em alinhar os negócios à agenda 2030, acompanhando o impacto e a contribuição para as metas da sociedade e o seu progresso na implementação dos Princípios de Responsabilidade Bancária.

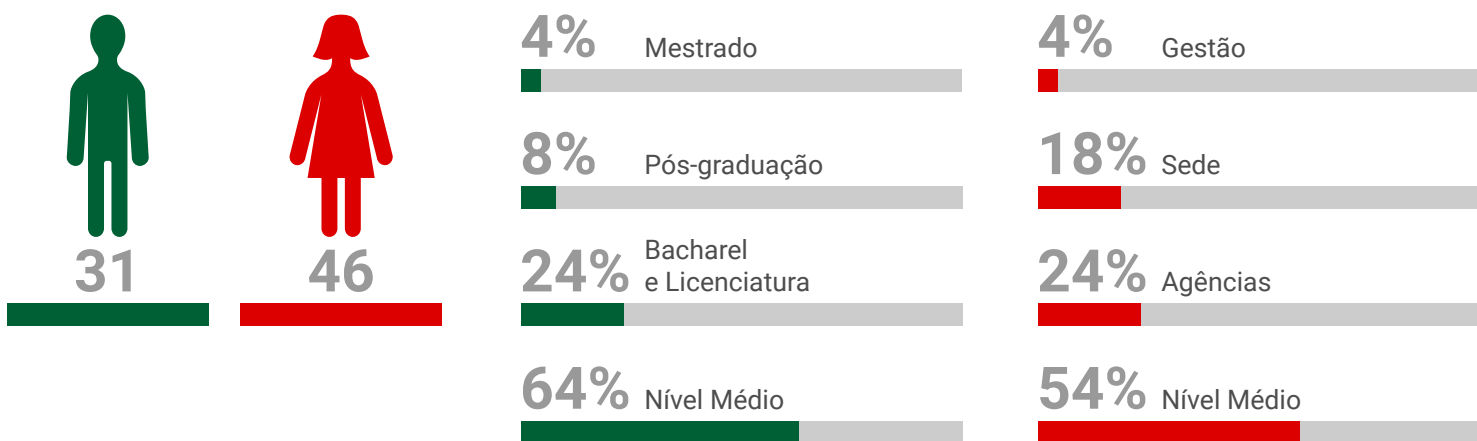


1.7. Capital Humano

Para conseguir alcançar os objectivos de médio e longo prazos o Futuro conta com uma cultura organizacional pautada na ética, transparência e respeito às pessoas e uma forte política de formação dos colaboradores no sentido de formar e reter pessoal qualificado e talentoso. O Futuro procura ser um lugar desejado por profissionais de alta performance para viverem o seu presente e construir o seu futuro.

A 31 de Dezembro de 2022 o Futuro conta com uma equipa de 77 colaboradores e tem uma estrutura interna aberta e acessível para promover interações entre as diversas equipas e os níveis de gestão. O Futuro promove as competências essenciais e transformadoras dos colaboradores

com o objetivo de tornar viável sua estratégia de negócios. Durante o ano 2022 o Futuro promoveu formação para 100% dos colaboradores em 14 módulos de formação. Cada colaborador participou num mínimo de 4 sessões de formação durante o ano.



1.8. Ênfase estratégico

As previsões do Plano de Negócio do Futuro para os próximos 5 anos visam atender às necessidades e demandas necessárias para a expansão em conformidade com as suas projeções. O Futuro pretende atingir um total de 33.040 mutuários ativos e um volume total de carteira de empréstimos de 1.095 bilhão de MZN com uma taxa de crescimento anual composta projectada de 45%, mantendo uma elevada qualidade da carteira de empréstimos com PAR 30 abaixo de 5%. Em adição, O Futuro planeia iniciar uma mobilização massiva de depósitos proativos com um mercado-alvo de 44.000 depositantes voluntários até 2027.

O Futuro acredita em melhorar a eficiência e a efetividade das operações bancárias por meio de investimentos estratégicos na capacidade técnica dos funcionários, a fim de atingir os seus objectivos futuros. O Futuro tem como objetivo implementar tecnologias financeiras digitais

inovadoras nos produtos e serviços oferecidos por meio de sua estratégia de distribuição. Esses esforços permitirão ao Futuro manter sua posição como líder na comunidade financeira Moçambicana e continuar a entregar uma proposta de valor aos seus clientes.

1.9. Parcerias estratégica

No exercício de 2022, o Futuro firmou parcerias estratégicas com outras instituições em projetos de interesse comum.

O Futuro, em parceria com a Swisscontact, capacitou mais de 80 microempreendedores em Moçambique com educação financeira e financiou a recuperação de negócios por meio de empréstimos.

Em colaboração com a Technoserve, através do programa WIN (WOMEN IN BUSINESS), o Futuro redesenhou seu programa de educação financeira e capacitou mais de 3.700 empreendedores rurais e urbanos, especialmente mulheres.

O Futuro também está oferecendo aos seus clientes produtos de proteção contra riscos diversos, por meio de um portfólio de produtos de seguros e micro-seguros adaptados aos segmentos de mercado em que atua, em parceria com a Hollard Moçambique (accionista do Futuro).

O Futuro planeia expandir os seus serviços e ampliar as atuais vantagens competitivas em várias dimensões. Além disso, o Futuro concluiu a negociação de uma linha de financiamento até USD 2 milhões do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD) para implementar medidas de desenvolvimento centradas nas comunidades e impulsionar a prosperidade compartilhada em áreas rurais e urbanas de Moçambique, nas quais a população sem acesso aos serviços bancários é elevada.

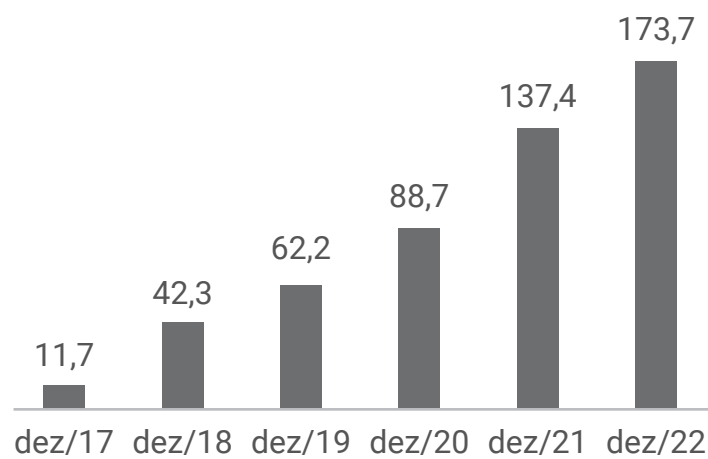
1.10. Evolução da Carteira de Crédito e Depósitos

O Futuro beneficiou-se de recursos provenientes do empréstimo acionista concedido pela Hollard Moçambique, no valor de 45,0 milhões de Meticais, e o apoio financeiro da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação, no valor de 16,8 milhões de Meticais, que foram suficientes para suportar o crescimento da carteira de empréstimos e garantir altos níveis de liquidez.

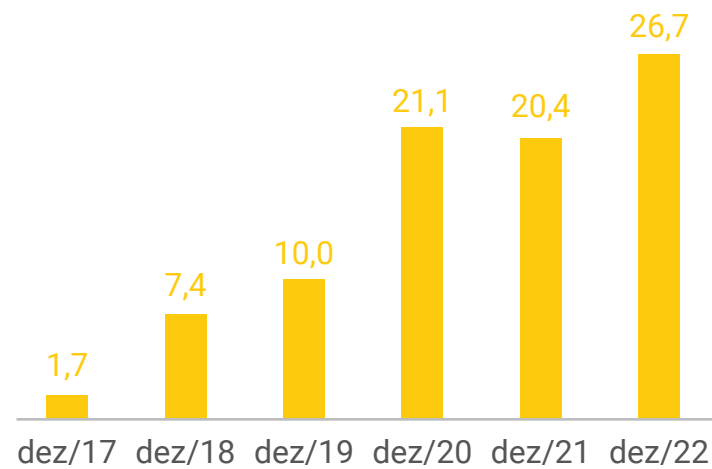
Em 2022 o Futuro registou um crescimento considerável da exposição bruta da carteira de crédito a clientes em 26%, perfazendo um crescimento de 36.2 milhões de Meticais, atingindo um total de 173.7 milhões de Meticais de crédito a clientes, fruto da implementação do plano estratégico e do suporte financeiro dos acionistas e apoiadores.

A captação de depósitos aumentou 30% em 2022 face aos 20.4 milhões de Meticais registados em 2021, devido ao aumento dos depósitos voluntários, totalizando 26.7 milhões de Meticais composta pelos Depósitos à Ordem e Fundos de Garantia depositados pelos clientes da Carteira de Crédito.

Evolução da carteira de crédito



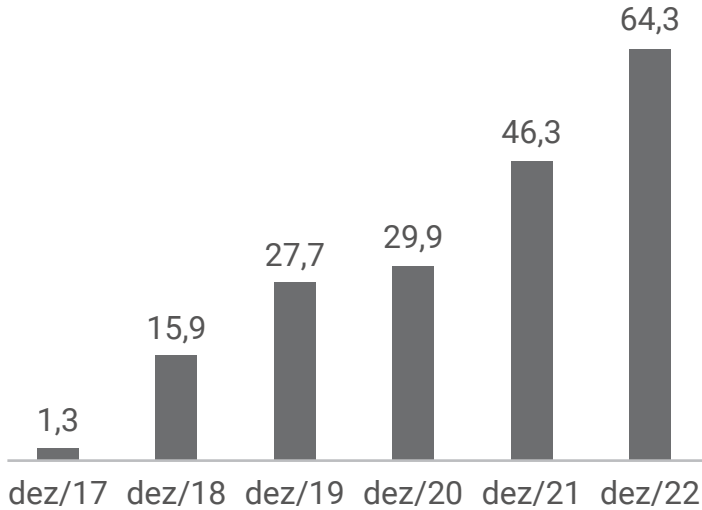
Evolução da carteira de depósitos



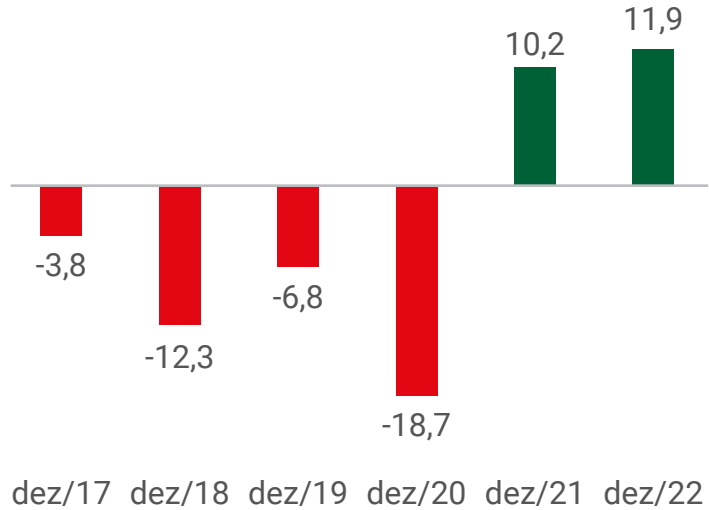
1.11. Resultados

A margem de intermediação financeira também registou um aumento considerável no exercício de 39%, ao passar de 46.4 milhões de Meticais em 2021 para 64.3 milhões de Meticais em 2022. Assim, o presente exercício foi marcado pela concretização do equilíbrio do Futuro ao alcançar um resultado positivo de 11,9 milhões de Meticais.

Evolução da margem financeira



Evolução do resultado líquido



1.12. Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira e até à data em que o conjunto de demonstrações financeiras foi aprovado para emissão, não houve eventos materiais que tenham ocorrido que necessitem de ajustamento nas demonstrações financeiras.

No início do ano de 2023 foi aprovado pelo Comité de Política Monetária do Banco Central o

aumento dos coeficientes de Reserva Obrigatórias em moeda nacional de 10,5% para 28,0%, e em moeda estrangeira de 11,5% para 28,5%, visando absorver a liquidez excessiva no sistema bancário, com tendência de gerar uma pressão inflacionária.

Em adição, durante o primeiro trimestre de 2023, o ciclone Freddy e as fortes chuvas acima de 200mm por dia afetaram as províncias centrais da Zambézia, Sofala, Manica, Tete e Niassa no Norte. O ciclone isolou a cidade de Quelimane, a quarta maior do país, bloqueando o acesso terrestre e destruindo vários hectares de terras cultivadas, além de deixar parte da população sem habitação e gerar um retrocesso ao crescimento económico e social em áreas remotas.

Embora seja esperado que o ciclone tenha diversos impactos negativos na sociedade, saúde e economia, as avaliações preliminares realizadas indicam que não há impactos materiais significativos que possam colocar em causa a continuidade do negócio.

Importa salientar que os eventos subsequentes identificados acima não geraram qualquer impacto nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

1.13. Governação corporativa

Conselho de Administração

Pierre Alexandre Strauss, Presidente do Conselho de Administração

Mirko Manzoni, Director Independente

Bruna Michael Dias Gomes Quintas, Directora

Israel Muchena, Director

Norbert Jacques Emile Fuchs, Director

Klaus Maurer, Director

Fiscal Único

Ismael Faquir, Fiscal Único

Direcção Executiva

Eduardo A. Lucchesi Reis, Administrador Delegado

Caracterização Geral

Designação Social: Futuro Mcb, S.A.
Sede: Nampula
Sigla: Futuro
E-mail: eduardo.lucchesi@futuromcb.com
Telefones: +258 843140799

O Futuro tem uma estrutura organizacional composta pelos seguintes órgãos sociais: Assembleia-Geral de Acionistas, Fiscal Único, Conselho de Administração e Direcção Executiva. Além disso, possui comissões executivas específicas, como a Comissão de Crédito, a Comissão de Risco Operacional e a Comissão de Ativos e Passivos.

Essa estrutura transparente de governo do Futuro permite uma distinção clara das funções entre o Conselho de Administração e a Direcção Executiva. As funções do Conselho de Administração concentram-se na definição das políticas do Futuro e no estabelecimento de uma supervisão rigorosa e independente da Direcção Executiva, a fim de garantir que as decisões tomadas estejam sob controle. Por outro lado, a Direcção Executiva é responsável pela gestão das atividades operacionais diárias do negócio.

O Futuro mantém boas relações com as autoridades reguladoras e fiscalizadoras da atividade bancária, a fim de garantir o cumprimento integral dos requisitos necessários.

1.14. Auditoria interna

A auditoria interna reporta directamente ao Conselho de Administração. O departamento de Auditoria Interna é dotado dos recursos suficientes e recebe formação adequada. Os auditores têm poder e autoridade suficientes para poder levar a cabo as suas tarefas e obrigações. As funções, poderes e responsabilidades da Auditoria Interna estão documentadas no regulamento de Auditoria Interna tendo sido comunicadas e publicadas internamente, no Futuro.

1.15. Ética e Cultura organizacionais

O código de ética e boa conduta do Futuro foi elaborado com vista a orientar os colaboradores e facilitar a gestão na tomada de decisão.

O código do Futuro é composto por: valores éticos, responsabilidade pessoal, conflito de interesses, protecção de dados, relação laboral, política contra branqueamento de capitais, responsabilidade social e ambiental.

1.16. Gestão do Risco

1.16.1. A Política de Gestão de Risco no seu Contexto

O conteúdo das políticas e procedimentos do Futuro deve servir como um mecanismo de defesa primário contra quaisquer riscos a que o Futuro esteja exposto e que podem levar a perdas financeiras ou de reputação.

Além da política de gestão de risco, o Conselho de Administração instaura procedimentos para lidar de forma eficiente com as exposições ao risco das diversas actividades em que actua.

O objectivo é conseguir uma melhor resposta ao risco, organizados de acordo com uma avaliação dos riscos.

São estabelecidas estruturas de controlo interno para garantir que são tomadas medidas preventivas e corretivas adequadas assim que um risco individual “ultrapassa” o nível de risco aceitável.

1.16.2. Análise de Risco

As questões de risco são geridas de forma consistente em toda a organização e as interações dos vários riscos, bem como os impactos associados, devem ser entendidos e considerados quando forem tomadas decisões estratégicas e táticas.

Todos os riscos são avaliados qualitativamente numa base recorrente e, quando adequado, a avaliação realizada inclui uma análise quantitativa.

Os colaboradores afectos à avaliação de risco, por exemplo, o gestor de riscos, a Auditoria Interna ou o controlo operacional, trabalham com a equipa operacional para identificar os riscos, de modo que a avaliação dos riscos por parte do Conselho de Administração ocorra numa base objectiva.

1.16.3. Risco de Crédito

O risco de crédito surge sempre que o Futuro está exposto a perdas por parte de um devedor, fiador ou contraparte que não consegue honrar as suas obrigações contratuais de dívida, conforme acordado e em tempo útil.

1.16.4. Risco de Incumprimento de Crédito

O Futuro tem em conta o risco de que um mutuário seja incapaz ou não queira cumprir uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do banco.

1.16.5. Risco da Carteira de Crédito

É um risco que deriva quer de uma concentração de empréstimos que estão sujeitos a factores de risco comuns, quer de uma concentração significativa de grandes exposições.

1.16.6. Risco Interbancário

É o risco de que um banco ao qual o Futuro está exposto (por exemplo, um empréstimo, garantia, depósito) entre em incumprimento, o que significa que é incapaz de cumprir com uma obrigação, resultando num efeito adverso nos resultados e capital do Futuro.

Este tipo de risco também pode ser criado por um declínio na posição de crédito de um banco ao qual estamos expostos.

1.16.7. Risco do Mercado

O Futuro, encontra-se exposto ao risco do mercado, no que concerne a imparidades, variações de taxa de câmbio, juros de créditos concedidos e outros riscos como:

- a. Ser novo no mercado, tendo em conta o nível competitivo das instituições financeiras existentes.
- b. Enquadramento legal e alterações na regulamentação do Futuro.
- c. As mudanças climáticas poderão afectar os negócios dos clientes do Futuro

O Futuro segue integralmente as políticas de mensuração e reconhecimentos dos riscos previstos e estabelecidos pelo Banco de Moçambique através da Comissão de Activos e Passivos (CAP). A CAP é uma parte integrante da gestão do Futuro. Mudanças na liquidez do mercado e/ou nas taxas de juro expõem o Futuro ao risco de perda, que pode em casos extremos ameaçar a sua sobrevivência. Como tal, é importante que a Direcção Executiva, bem como o Conselho de Administração compreendam a existência de tal risco no balanço e assegurem que a estrutura do negócio do Futuro e que o nível de risco de balanço que assumem, são geridos efectivamente, que são estabelecidos políticas e procedimentos apropriados para controlar e mitigar estes riscos, e que estão disponíveis recursos para avaliação e controlo de risco de balanço.

1.17. Estratégia de Produtos e Fixação de Preços

Os produtos e serviços oferecidos pelo Futuro foram desenhados com um objectivo duplo: por um lado, o Futuro serve o segmento inferior do mercado e a sua missão é permitir o acesso deste grupo a serviços financeiros personalizados e acessíveis em termos de custos. Por outro lado, o Futuro consegue a sustentabilidade através de uma carteira de produtos orientada para o lucro.

É assim fundamental para a estratégia de produtos e fixação de preços que se permita um alto grau de flexibilidade, por forma a que a gestão possa ajustar os produtos e o seu preço de acordo com os resultados financeiros e as condições do mercado. Todavia, devem ser observados e mantidos alguns princípios básicos.

Os produtos de crédito geram rendimentos que garantem a existência de uma capacidade de reembolso suficiente.

Os preços são definidos pela CAP do Futuro. A CAP tem em consideração: a observância dos regulamentos, a necessidade de o Futuro combinar passivos e activos sensíveis às taxas de juro, o custo dos fundos, o risco cambial (em caso de um financiamento em moeda estrangeira), os indicadores de rentabilidade dos activos, o factor de risco de um empréstimo e o custo de conceder um empréstimo.

1.17.1. Produtos de Crédito

O microcrédito é a principal actividade de crédito do Futuro e pode ser descrita como uma abordagem clássica de micro finanças em que, devido à fraca densidade populacional e aos elevados custos de transacção, o Futuro atribui uma parte significativa das tarefas operacionais do dia a dia aos Grupos de responsabilidade conjunta e solidária sem fins lucrativos.

Numa fase inicial, os empréstimos variam entre 6.000 MT a 30.000 MT e são garantidos pela responsabilidade conjunta de solidariedade e compromisso do Grupo. Os empréstimos são acessíveis apenas aos membros do Grupo.

Os empréstimos aos pequenos e médios empresários (PME) foram introduzidos durante o ano de 2019 no Futuro e o crédito varia entre 30.000 MT e 5.000.000 MT.

1.18.

Estratégia de Acompanhamento de Operações de Crédito

1.18.1. Monitorização de Créditos sem Mora

Os créditos sem mora são acompanhados exclusivamente pelos Oficiais de Clientes responsáveis. O Futuro pretende manter um contacto estreito com os seus clientes através de visitas ao terreno.

A visita de acompanhamento tem lugar entre 1 a 2 semanas após o desembolso com o propósito de verificar se o empréstimo está a ser utilizado para os fins acordados. A segunda visita de acompanhamento ocorre a meio da maturidade do crédito e a terceira visita de acompanhamento durante as últimas semanas para se preparar a modalidade de crédito seguinte (em caso de bom pagamento).

1.18.2. Monitorização de Créditos em Mora

A Comissão de Recuperação de Crédito (CRC) é responsável pela gestão dos créditos em mora do Futuro, e apoia o Oficial de Clientes no acompanhamento dos pagamentos em mora. De acordo com critérios específicos, esta comissão pode ser constituída pela gerência (a nível da sede e das agências), pelo director de operações e pelos Oficiais de Clientes. Os membros dependem do produto, dos valores dos empréstimos não pagos e do número de dias de atraso de um empréstimo.

1.19.

Capital Social

O capital social do Futuro é de 107.800.000 MT, o qual é constituído por 154 acções de valor nominal de 700.000 MT cada. Encontra-se integralmente subscrito e realizado. A estrutura accionista em

31 de Dezembro de 2022 apresenta-se como se segue:

ACCIONISTAS	N. ACCÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL
Agência de Cooperação Suiça em Moçambique	98	63,64%
Hollard Moçambique Companhia de Seguros	54	35,06%
Futuro Mcb, S.A.	1	0,7%
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,7%
	154	100,00%

O Conselho de Administração, na sua reunião realizada aos 20 de Abril de 2023 deliberou, por unanimidade de votos, a aprovação sem reservas das demonstrações financeiras relativas ao período de 1 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022, auditado pela Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas e auditores Certificados Lda.

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido no valor de 11.858.831 MT seja alocado da seguinte forma: 30% (3.557.649 MT) em Reservas Legais e 70% (8.301.182 MT) em Resultados Transitados.

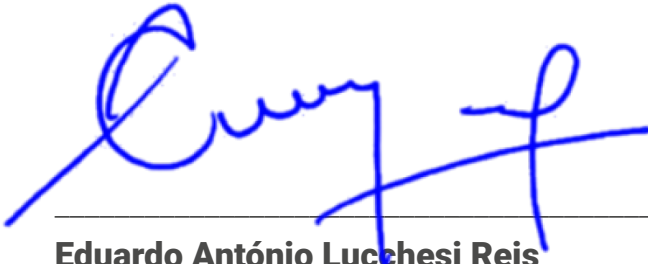
O Presidente do Conselho de Administração, em nome de todo o Conselho de Administração, agradece a todos os Clientes pela confiança depositada no Futuro, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2022 e aos Accionistas pelo suporte à equipa de gestão, dedicação e tempo despendido durante este ano.

Os Administradores

Nampula, aos 20 de Abril de 2023



Pierre Alexandre Strauss
Presidente do Conselho de Administração



Eduardo António Lucchesi Reis
Administrador Delegado

Relatório do Auditor Independente



02.



 EY Building a better working world Ermst & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, Limitada Rua Belmiro Obadias Mulanga, Nº 179 Caixa Postal 365, Maputo Moçambique Tel: +258 21 35 3000 Fax: +258 21 32 1904 Email: ermst.young@mz.ey.com NÚT: 400 006 245 www.ey.com	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE Aos Accionistas do FUTURO MCB, S.A. Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Opinião Auditámos as demonstrações financeiras do Futuro MCB, S.A. (“Futuro”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2022, a demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Futuro MCB, S.A. em 31 de Dezembro de 2022, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Bases para a Opinião Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção <i>Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras</i> deste relatório. Somos independentes do Futuro de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. Outra Informação O Conselho de Administração é responsável pela “Outra informação”. A “Outra informação” compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas. A member firm of Ernst & Young Global Limited 1
--	--

 EY Building a better working world	A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não cobre a “Outra informação” e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa “Outra informação”. No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da “Outra informação” e, em consequência, considerar se essa “Outra informação” é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta “Outra informação”, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro. Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Futuro ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo. O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Futuro. Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras. A member firm of Ernst & Young Global Limited 2
--	---



Building a better working world

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Futuro;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Futuro em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Futuro descontinue as operações;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



Building a better working world

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG - SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, LDA.

Representada por:



Eduardo Jorge Crelo da Costa Caldas (Auditor Certificado Nº 33)

Maputo, 20 de Abril de 2023

Demonstração da Posição Financeira



03.



3. Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro em 2022

BALANÇO	NOTAS	2022	2021
Activos			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	4 262 686	3 270 609
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	8 288 664	7 350 354
Aplicações em Instituições de Crédito	9	600 000	600 000
Empréstimos e adiantamento a clientes	10	167 643 592	130 673 608
Outros Activos	11	7 006 175	3 831 837
Activos tangíveis e activo de Direito de Uso	12	16 491 402	18 336 217
Activos intangíveis	13	336 149	62 421
Total de activos		204 628 668	164 125 046
Passivos			
Depósitos de clientes	14	26 654 053	20 448 618
Empréstimo de Accionistas	15	48 031 159	24 871 391
Outros passivos	16	3 792 607	3 242 729
Credores e outros recursos	17	14 400 688	15 670 978
Total de passivos		92 878 508	64 233 716
Capital próprio			
Capital	18	107 800 000	107 800 000
Premio de Emissão	18	23 782 500	23 782 500
Resultados transitados		(31 691 170)	(41 952 747)
Resultado do exercício		11 858 831	10 261 577
Total de capital próprio e resultados transitados		111 750 161	99 891 330
Total do Passivo e de capital próprio		204 628 668	164 125 046



Amone D. Paulo

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 25 a 60.

Demonstração do Rendimento Integral

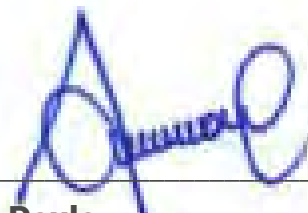


04.



4.Demonstração do rendimento integral em 31 de Dezembro de 2022

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	NOTAS	2022	2021
Juros e rendimentos similares	19	70 913 974	50 470 689
Juros sobre passivos com locação financeira		(6 655 152)	(4 073 790)
Margem financeira		64 258 822	46 396 899
Rendimentos de serviços e comissões	20	5 352 981	5 640 890
Encargos com serviços e comissões	20	(2 929 003)	(1 919 286)
Serviços e comissões líquidas		2 423 978	3 721 604
Operações financeiras líquidas	21	(78 684)	(3 481 381)
Outros rendimentos operacionais	22	18 134 789	36 314 761
Rendimentos Operacionais		84 738 905	82 951 883
Imparidade líquida do exercício	23	(3 599 025)	(7 864 958)
Rendimentos Operacionais Líquidos		81 139 880	75 086 924
Gastos com pessoal	24	(39 859 036)	(39 755 573)
Outros gastos administrativos	25	(25 262 671)	(20 610 543)
Outros gastos operacionais	26	(758 200)	(129 627)
Depreciações e amortizações	27	(4 811 562)	(5 021 236)
Provisões do exercício	28	1 410 420	691 632
Total de Custos Operacionais		(69 281 049)	(64 825 347)
Lucro antes de impostos		11 858 831	10 261 577
Imposto corrente		0	0
Total do resultado integral do exercício		11 858 831	10 261 577



Amone D. Paulo

Técnico de contas



Pierre Strauss

Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações inanceiras, constantes nas páginas 25 a 60.

Demonstração Variações em Capital Próprio

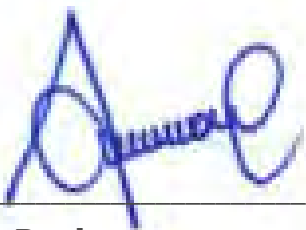


05.



5. Demonstração das variações em capital próprio em 31 de Dezembro de 2022

	CAPITAL SOCIAL	PREMIO DE EMISSÃO	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 01 de Janeiro de 2021	107 800 000	23 782 500	(41 952 747)	-	89 629 753
Aplicação do exercício anterior	-	-	-	-	-
Correção do exercício anterior	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	10 261 577	10 261 577
Saldo a 31 de Dez de 2021	107 800 000	23 782 500	(41 952 747)	10 261 577	99 891 330
Aplicação do exercício anterior	-	-	10 261 577	(10 261 577)	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-
Prémio de emissão	-	-	-	-	-
Resultado liquido do exercício	-	-	-	11 858 831	11 858 831
Saldo a 31 de Dezembro 2022	107 800 000	23 782 500	(31 691 170)	11 858 831	111 750 161



Amone D. Paulo
Técnico de contas



Pierre Strauss
Presidente do Conselho de Administração

Demonstração de Fluxos de Caixa

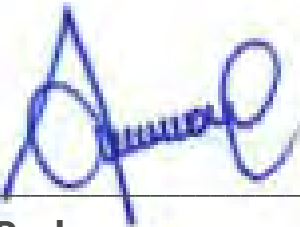


06.



6.Demonstração de fluxos de caixa para o período em 31 de Dezembro de 2022

ACTIVIDADES OPERACIONAIS	NOTAS	2022	2021
Juros, comissões, trading de moeda e outros rendimentos recebidos		75 318 718	54 155 036
Juros, comissões e outros gastos pagos		(7 835 464)	(3 990 677)
Encargos com juros sobre locações		(1 748 691)	(2 002 399)
Pagamento a empregados e fornecedores		(64 334 328)	(60 605 199)
Fluxo líquido proveniente de rendimentos e gastos		1 400 234	(12 443 239)
Diminuições (aumento) em:			
Aplicações em intuições de crédito		0	0
Créditos a clientes		(36 413 624)	(48 238 638)
Outros activos		(3 446 587)	2 480 917
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais		(39 860 211)	(45 757 721)
Aumento em:			
Recursos de Clientes		6 205 435	(703 139)
Outros Passivos		(1 270 290)	(8 183 724)
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais		4 935 145	(8 886 863)
Fluxo líquido das Actividades operacionais		(33 524 831)	(67 087 823)
Actividades de Investimento			
Aquisições de Activos Tangíveis e Intangíveis		(3 309 578)	(2 813 678)
Alienação de activos tangíveis e activos intangíveis		0	0
Fluxo líquido das actividades de investimento		(3 309 578)	(2 813 678)
Actividades Financiamento			
Pagamento de Passivos por Locação		(1 491 309)	(877 109)
Doações		18 134 789	36 314 762
Empréstimos de Accionistas		22 200 000	22 800 000
Fluxo líquido das actividades de financiamento		38 843 481	58 237 653
Efeitos de alteração de taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(78 684)	(3 481 381)
Aumento de caixa e seus equivalentes	4	2 009 072	(11 663 847)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	10 620 963	25 766 191
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12 551 350	10 620 963



Amone D. Paulo
Técnico de contas



Pierre Strauss
Presidente do Conselho de Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras, constantes nas páginas 25 a 60.

Notas explicativas às demonstrações financeiras



07.



7. Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Introdução

O Futuro Mcb é uma empresa de microfinanças, constituída em Nampula, Moçambique, em Maio de 2017. É autorizada pelo Banco Central de Moçambique e recebe apoio do governo suíço através da Agência Suíça para Desenvolvimento e Cooperação para ajudar no crescimento do setor financeiro moçambicano em áreas rurais e urbanas.

O objetivo do Futuro é fornecer serviços financeiros de alta qualidade e adaptados às necessidades da população não bancarizada, em particular micro e pequenas empresas, na zona Norte de Moçambique. As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e serão apresentadas para aprovação pelos acionistas.

A Direção Executiva acredita que as demonstrações financeiras refletem com precisão a posição financeira e o desempenho do Futuro, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. O objetivo diário do Futuro é promover o crescimento económico em Moçambique e sustentar famílias através do acesso a microcrédito simples, rápido e sem burocracia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de Abril de 2023 e serão submetidas à aprovação pelos accionistas em Assembleia Geral na mesma data. Na opinião da Direcção Executiva, estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Futuro bem como a sua posição financeira e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o disposto no Aviso nº. 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2017, do Banco de Moçambique, e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com o princípio do custo histórico e sem modificações pela aplicação do justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo de determinação das políticas contabilísticas a adoptar pelo Futuro, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade, ou em que os pressupostos e estimativas são significativos para as demonstrações financeiras, estão apresentadas na nota 3.

2.2. Políticas contabilísticas

Às principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são os que abaixo se descrevem.

2.2.1 Transacções em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras estão mensurados na moeda do ambiente económico em que o Futuro opera, designada por moeda funcional, que é o Metical, nesse contexto, a apresentação destas demonstrações financeiras são em meticais e todos os valores em moeda estrangeira são convertidos em Meticais.

(ii) Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do Metical são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento e recebimento das transacções, bem como da conversão dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira à taxa de câmbio em vigor na data do balanço, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral, na rubrica Resultados de reavaliação cambial.

(iii) Taxas de câmbio

As taxas de câmbio utilizadas para converter os saldos expressos em moeda estrangeira com referência a 31 de Dezembro foram as seguintes:

	2022	2021
USD	63,87	63,83

2.2.2 Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique e OIC

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

2.2.3 Disponibilidades em outras instituições de crédito

As disponibilidades em outras instituições de crédito incluem os depósitos em outros bancos nacionais, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

2.2.4 Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Futuro se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Futuro. torna-se parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Futuro o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Futuro reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os “inputs” se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo e são reconhecidos ao custo amortizado, através dos seguintes critérios:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter futuros fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o capital em dívida.

v) Empréstimos de accionistas

O Futuro detinha de um empréstimo convertível com a Hollard Moçambique – Companhia de Seguros, S.A.R.L. (actualmente faz parte da estrutura de accionistas) resultado da celebração do contrato de empréstimo datado de 03 de Maio de 2021 o qual se enquadra na categoria de empréstimo de curto prazo, no montante acordado de 22.800.000 MT à taxa de juros de 15,5% com término a 31 de Maio de 2022, e a 07 de Novembro de 2022 assinou-se a adenda sobre o contrato cujo o teor foi o aumento do empréstimo para 45.000.000 MT e à prorrogação do prazo de empréstimo para 30 de Junho de 2023, com as taxas de juros equivalente a prime rate publicado pelo Banco de Moçambique deduzidos de 250 pontos base (calculado mensal).

vi) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

vii) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

i. Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O Futuro desconhece um activo financeiro, tal como um empréstimo e adiantamento a um cliente, quando os termos e condições forem renegociados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, cuja diferença é reconhecida como um ganho ou perda do período, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados no Stage 1 para efeitos de determinação da ECL (Perda de Crédito Esperada), a menos que o novo empréstimo seja considerado POCI (Purchased or originated credit impaired)

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Mudança da moeda do empréstimo
- Introdução de um instrumento de capital
- Alteração na contraparte
- Se as alterações contractuais levarem a que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI.

ii. Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

Um activo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O Futuro também desreconhece os activos financeiros se ambos tiverem transferido o activo financeiro e as transferências se qualificarem para o desreconhecimento.

O Futuro transfere o activo financeiro se:

- Transferiu os seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do activo financeiro, ou
- O Futuro retém os direitos sobre os fluxos de caixa Futuros, mas assumiu uma obrigação de pagar, integralmente, o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo entre as mesmas.

viii) **Juros, rendimentos e gastos similares**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta, no momento do reconhecimento inicial, os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

ix) **Rendimentos provenientes de serviços e comissões**

O Futuro obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a concessão de crédito.

2.2.5 **Justo valor de instrumentos financeiros**

Quando o justo valor dos activos e passivos financeiros reconhecidos no balanço não pode ser determinado com base na cotação num mercado activo, a determinação é feita através da utilização de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos matemáticos. Os *inputs* utilizados nos referidos modelos são baseados em informações disponíveis no mercado, contudo, sempre que tal não é praticável são efetuados julgamentos na determinação dos justos valores dos instrumentos financeiros.

O Futuro mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos inputs utilizados na mensuração:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os *inputs* que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo justo valor numa base recorrente, o Futuro determina se as transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que é significativo para a mensuração do valor justo como um total) no final de cada período de relato.

2.2.6 **Imparidade de activos financeiros**

A NIRF 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da imparidade de

activos financeiros. Assim, deixa de ser necessário a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A NIRF 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas (ECL) com base na informação futura, substituindo o modelo actual das perdas incorridas somente quando haja uma evidência objectiva de que uma perda foi já incorrida.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor atual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3). Os activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito:

Stage 1: *Performing* - Os activos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento. O valor das perdas esperadas resulta de eventos de “default” que venham a ocorrer nos 12 meses seguintes.

Stage 2: *Under-performing* - Os activos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimada. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de default que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do activo financeiro. O juro destes activos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto.

Stage 3: *Non-performing* - Os activos financeiros com evidência objetiva de imparidade (default) na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. Será então reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos activos aqui classificados. Para estes activos, o juro é calculado sobre o seu valor líquido de balanço.

i. Análise Colectiva – Considera as perdas esperadas para exposições não significativas ou exposições significativas classificadas em Stage 1.

A imparidade colectiva resulta de uma abordagem paramétrica à recuperabilidade do crédito, suportada por informação histórica da carteira de crédito, sendo aplicada de forma automática a todas as operações.

O Modelo de Imparidade do Crédito do Futuro determina o perfil de risco de cada operação, enquadrando-a nos segmentos da carteira de crédito definidos com base na avaliação histórica das carteiras e do comportamento atual e passado e a visão prospectiva da operação.

Neste sentido, as perdas por imparidade apuradas pelo modelo procuram reflectir:

- i. Uma quantia objectiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis;
- ii. O valor temporal do dinheiro; e
- iii. Informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos à data de relato sobre eventos passados, condições actuais (Point-in-Time) e previsões de condições económicas futuras (Forward Looking).

Para determinação das perdas por imparidade para a análise colectiva são considerados os seguintes Factores de Risco:

- i. Probabilidade de Default (PD) – A Probabilidade de Default (PD) é a probabilidade de um empréstimo entrar em incumprimento dentro de um horizonte de tempo determinado (ou num dado momento no tempo) com base no estado do empréstimo no momento de análise. Este “estado” irá reflectir-se na classificação de imparidade do crédito.
- ii. Loss Given Default (LGD) – A “Loss Given default (LGD)”, ou perda dado o incumprimento, representa a percentagem do valor de um crédito que o Futuro espera perder quando esse crédito

entrar em incumprimento. A LGD está dependente do número de anos para o qual o mutuário da operação esteja em situação de “default”, da existência de colaterais da operação, do valor dos colaterais, o valor do direito legal sobre esses colaterais, probabilidades de execução dos colaterais e custos suportados nos processos de recuperação.

- iii. Credit Conversion Factor – O Credit Conversion Factor (CCF), ou factor de conversão de crédito representa a percentagem da exposição extrapatrimonial que poderá ser convertida numa exposição patrimonial até ao default. A metodologia desenvolvida pelo Futuro é aplicada a operações com limites de utilização de crédito “revolving”, tais como Cartões de Crédito, Descobertos e Contas Correntes. Para Garantias Bancárias e Créditos Documentários são usados os CCF regulamentares.
- iv. Behavioural Maturity (BM) – Behavioural Maturity (BM), ou maturidade comportamental identificar o período de tempo durante o qual a instituição se encontra exposta ao risco de crédito. Este parâmetro é tipicamente calculado para operações em que a data de vencimento da operação não se encontra definida

ii. **Análise Individual (AI)** – Considera as perdas esperadas para exposições significativas classificadas em Stage 2 ou Stage 3.

A Análise Individual (AI), como o próprio nome sugere resulta da análise individualizada a cada um dos clientes não sujeito a análise coletiva ao qual é atribuída uma classificação de imparidade (comparável à Probabilidade de Default) e uma estratégia de recuperação.

Esta análise é obtida através de formulários preenchidos pelos analistas e revistos pelos supervisores (responsável máximo da respetiva Área Comercial) e validado pelo Comité de Crédito (CC) e aprovado pelo Conselho de Gerência (CG).

A imparidade por Análise Individual pretende apurar as perdas esperadas de crédito, tendo em consideração as abordagens:

- v. Going Concern - Recuperação do crédito com recurso aos *cash flows* gerados pela atividade da empresa;
- vi. Gone Concern - Recuperação de crédito só pode ocorrer por via da execução das colaterais.

Todas as operações de crédito que forem analisadas de forma individual, mas para as quais não seja reconhecida a imparidade deverá ser atribuído a Imparidade que teria se tivesse sido submetido a uma análise Colectiva.

iii. **Informação “Foward-looking”**

Para determinação da ECL o Futuro conta com informação prospectiva económica, tal como:

- Inflacção dos últimos cinco anos bem como a projecção para o ano seguinte;
- A evolução do PIB; e
- Prime rate.

2.2.7 **Activos tangíveis e activos de direito de uso**

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos activos são reconhecidos no custo do activo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de activos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respectivos activos quando são montantes significativos.

Os direitos de uso do activo são apresentados conjuntamente com os equipamentos na demonstração da posição financeira e as depreciações de forma linear durante o período do contrato de locação.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

ACTIVOS	ANOS DE VIDA ÚTIL
Obras em edifícios arrendados	5 - 50 anos
Mobiliários e equipamentos	3 -12 anos
Veículos	4 - 5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Maquinas e Ferramentas	6 -12 anos
Outros equipamentos	3 - 10 anos

Sempre que existem indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis são efectuados testes de imparidade para estimar o valor recuperável do activo e, quando necessário, para registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos

fluxos de caixa Futuros estimados decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada data de relato financeiro para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando ele é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo e reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

2.2.8 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem, conforme indicado nos parágrafos seguintes.

Reconhecimento inicial

O custo dos activos intangíveis adquiridos separadamente reflecte, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo os custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis após a dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido.

Reconhecimento subsequente

Após o reconhecimento inicial, o Futuro valoriza os seus activos intangíveis pelo modelo do custo, conforme preconizado pela NIC 38 – Activos Intangíveis, que define que um activo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Amortização

O Futuro determina a vida útil e o método de amortização dos activos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. Os activos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso e durante a vida útil estimada.

2.2.9 Imparidade de activos não financeiros

O Futuro realiza os testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual o activo não financeiro se encontra registado nas demonstrações financeiras não é recuperável. Sempre que o valor recuperável apurado é inferior ao valor contabilístico dos activos, o Futuro avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo e se assim for regista a respectiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para determinar a existência de imparidade, os activos são alocados ao nível mais baixo dos fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os activos não financeiros para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de uma imparidade, a amortização e depreciação dos activos são

recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.2.10 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.2.11 Impostos

a) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço.

b) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial da goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

2.2.12 Locações

O Futuro avalia no início do contrato se um contrato é ou contém uma locação. Ou seja, se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de consideração.

Futuro como locatário

O Futuro aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas os contratos de locação, excepto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de activos de baixo valor. O Futuro reconhece passivos de locação financeira para efectuar pagamentos de locação e activos de direito de uso que representam o direito de usar os activos subjacentes.

Activos de direito de uso

O Futuro reconhece activos de direito de uso na data de início do contrato (ou seja, a data em que o activo subjacente está disponível para uso). Os activos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer mensuração dos passivos de locação. O custo dos activos de direito de uso inclui a quantia de passivos de locação reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos de locação efetuados na data ou antes da data de início, menos quaisquer incentivos de locação recebidos. Os activos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo prazo do contrato.

O prazo dos contratos varia de um a dez anos e são automaticamente renováveis. Os contratos de locação são destinados para uso como Agência e Sede do Futuro e armazenamento de equipamentos e bens.

Os activos de direito de uso estão apresentados na Nota 12 Activos tangíveis e activos de direito de uso e estão sujeitos a perdas por imparidade de acordo com a política do Futuro, conforme descrito na Nota 2.2.9 Imparidade de activos não financeiros.

Passivos de locação

Na data de início do contrato de locação, o Futuro reconhece passivos de locação mensurados pelo valor presente dos pagamentos de locação a serem efectuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos de locação são descontados segundo a taxa de juro incremental na data da aplicação inicial de 20.5% usada pelo locatário. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos), pagamentos variáveis da locação que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual. Os pagamentos de locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Futuro e pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato reflectir o exercício da opção de rescisão. Pagamentos de renda variável que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que acciona o pagamento.

O passivo de locação encontra-se apresentado na Posição financeira na linha dos “Outros passivos”.

2.2.13 Donativos

O Futuro reconhece os Donativos como proveitos diferidos na posição financeira, e transfere para receitas quando as condições contratuais são satisfeitas. O ganho é reconhecido em resultado quando a despesa ocorre, para os subsídios aos activos o ganho e/ou a perda é reconhecido na Demonstração de Resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Futuro são avaliados de uma forma contínua, representando a melhor estimativa do Conselho de Administração à data de cada relato, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem.

Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontra-se descrita na alínea 2.2.6) Imparidade de activos financeiros, conforme prescrito na NIRF 9.

Princípio da continuidade

O Futuro apresenta um prejuízo acumulado de 31.691.170 MT com referência a 31 de Dezembro de 2022, tendo contudo registado um lucro no exercício no montante de 11.858.830,62 MT. O Capital Social de 107.800.000 MT é superior ao mínimo exigido pelo Banco de Moçambique, e o rácio de solvabilidade é de 56,04%, acima do mínimo exigível.

O Plano de Negócios do Futuro para 2023-2027 é baseado em sucessos e aprendizagens dos últimos cinco anos de operações e conta com duas linhas de financiamento. O Futuro está comprometido em concentrar esforços na construção de um sistema financeiro mais inclusivo nas áreas rurais e urbanas onde há uma grande parte da população sem acesso aos serviços bancários. A empresa tem sido uma referência no mercado onde atua.

O país continua a viver o drama dos ataques terroristas na província nortenha de Cabo Delgado, que se estenderam a alguns distritos de Nampula e Niassa em 2022. Esses ataques causaram a destruição de infraestruturas públicas e privadas e a deslocação das populações dos seus locais de habitação. No entanto, com o apoio da comunidade internacional e o esforço das forças conjuntas da Região Austral de África e de Ruanda, têm-se verificado bons resultados, tais como a recuperação de áreas outrora ocupadas pelo Estado Islâmico, o retorno de empresas multinacionais e o início da exploração do gás natural feito na bacia do Rovuma, através da plataforma Coral Sul, ao largo de Cabo Delgado. Esses são fortes indicadores da aceleração e retorno económicos projetados para o quinquénio.

O Futuro tem adaptado a sua estratégia às características económicas e ao segmento do mercado, fornecendo políticas de formação e acompanhamento aos mutuários e desenvolvendo relações interpessoais com os beneficiários. Além disso, a empresa monitoriza sistematicamente os seus objetivos e metas, analisando mensalmente os desvios e identificando as causas de base através da análise de causa-raiz (RCA), tomando medidas para resolvê-las de forma definitiva. A administração do Futuro dá uma atenção especial ao sistema de controlo interno, desenvolvendo rotinas adequadas e possuindo pessoal qualificado e treinado para realizar as atividades da empresa.

O Futuro tem acesso a linhas de financiamento, incluindo um empréstimo de USD 2 milhões do IFAD, e foi desembolsado USD 1 milhões no final do primeiro trimestre de 2023, e está em processo de negociação com o KFW Banco de Desenvolvimento (Alemão) para um financiamento adicional de USD 3,9 milhões para expandir os seus serviços e projetos no setor agrário.

Na avaliação do princípio da continuidade, a gestão do Futuro analisou os contratos de financiamento e não prevê qualquer situação de incumprimento nos próximos meses. Portanto, a avaliação da continuidade é positiva e não há conhecimento de incertezas relevantes que possam ameaçar a continuidade das operações do Futuro nos próximos 12 meses. Como resultado, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

4. Fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

		2022	2021
Caixa e disponibilidades	7	4 262 686	3 270 609
Depósitos Bancários	8	8 288 664	7 350 354
		12 551 350	10 620 963

5. Novas normas de contabilidade emitidas, mas que ainda não se encontram em vigor

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Futuro são descritas abaixo. O Futuro pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

1. IFRS 17 – Contratos de Seguro – 1 de Janeiro de 2023

O IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro, uma nova norma contabilística abrangente para contratos de seguro cobrindo reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez eficaz, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro (IFRS 4) que foi emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguro (ou seja, vida, não vida, seguro directo e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitir, bem como a determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

Algumas excepções de escopo serão aplicadas. O objectivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para contratos de seguro mais úteis e consistentes para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, que são amplamente baseados em políticas contabilísticas locais anteriores, a IFRS 17 fornece uma modelo para contratos de seguro, abrangendo todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é a regra geral modelo, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação directa (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prémios) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 é efectiva para exercícios iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2023, com números comparativos requeridos. A aplicação antecipada é permitida, desde que a entidade também aplique o IFRS 9 e o IFRS 15 na data ou antes da primeira aplicação do IFRS 17. Esta norma não é aplicável ao Futuro.

2. IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Emendas) – “Classificação de passivos como correntes ou não correntes” – 1 de Janeiro de 2023

Esta alteração introduzida à norma clarifica a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de deferir o seu pagamento, no final de cada período de relato financeiro. A emenda é de aplicação retrospectiva e com início em ou após 1º de Janeiro de 2023.

3. IAS 1 – Definição de Estimativas Contabilísticas (Emendas) – 1 de Janeiro de 2023

Em Fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 8, nas quais introduz uma definição de “estimativas contabilísticas”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contabilísticas e mudanças nas políticas contabilísticas e a correcção de erros. Além disso, esclarece como as entidades usam técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver estimativas contabilísticas. As alterações são efectivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023 e se aplicam a mudanças nas políticas contabilísticas e mudanças nas estimativas contabilísticas que ocorram a partir desse período. A aplicação antecipada é permitida desde que este facto seja divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Futuro.

4. IAS 1 e IFRS Declaração Prática 2 – Divulgação de Políticas contabilísticas (Emendas) – 1 de Janeiro de 2023

Em Fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IFRS Declaração Prática 2 Fazendo julgamentos de materialidade, nas quais fornece orientações e exemplos para apoiar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam

apoiar as entidades a proporcionar divulgações de políticas contabilísticas que sejam mais úteis, substituindo a exigência de que as entidades divulguem suas políticas contabilísticas “significativas” por uma exigência de divulgar suas políticas contabilísticas “materiais” e acrescentando orientações sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contabilísticas.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023 com aplicação antecipada permitida. Uma vez que as alterações à Declaração de Prática 2 proporciona orientação não obrigatória sobre a aplicação da definição de material às informações de política contabilísticas, não é necessária uma data efectiva para essas alterações. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Futuro.

5. IAS 12 – Imposto Diferido relacionados à Activos e Passivos Decorrentes de uma Única Transação (Emendas) – 1 de Janeiro de 2023

Em 7 de Maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12 – Imposto Diferido relacionado à Activos e Passivos Decorrentes de uma Única Transação. Estas alterações esclarecem se a isenção de reconhecimento inicial se aplica a certas transações que muitas vezes resultam no reconhecimento simultâneo de um activo e de um passivo. Tais casos podem incluir o reconhecimento inicial de arrendamentos da perspectiva de um arrendatário ou obrigações de retirada de activos/desreconhecimento de passivos. Torna-se obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida.

6. Alterações à IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - (Emendas) – 1 de Janeiro de 2023

As alterações alteram os requisitos da IAS 1 no que diz respeito à divulgação de demonstrações contábeis políticas. Aplicando as alterações, uma entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, em vez das suas políticas contabilísticas significativas.

Outras emendas à IAS 1 são feitas para explicar como uma entidade pode identificar um material política contábil. Exemplos de quando uma política contábil provavelmente será material são adicionados.

Para apoiar as alterações, o Conselho também desenvolveu orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do ‘processo de materialidade de quatro etapas’ descrito na prática do IFRS Declaração 2.

As alterações à IAS 1 são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2023 e são aplicados prospectivamente. A aplicação anterior é permitida. As alterações à Prática IFRS A declaração 2 não contém uma data efetiva ou requisitos de transição.

7. IAS 8: Definição de material (Emendas) – 1 de Janeiro de 2023

Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.

Não são expectáveis impactos materiais na aplicação destas emendas nas demonstrações financeiras do Futuro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2022 o Futuro MCB considera que não é expectável que as novas normas de contabilidade emitidas, mas que ainda não se encontram em vigor (listadas acima) venham a ter impactos materiais nas demonstrações financeiras no momento em que entrem em vigor.

6. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Novas normas de contabilidade em vigor e respectivas interpretações

1. IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022

Em Maio de 2020, o IASB emitiu as emendas à IFRS 3 Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro. As alterações irão substituir à Estrutura para a preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras, emitidas em 1989, com referência à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro emitido em Março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

O Conselho também incluiu uma excepção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 para evitar a questão do potencial “dia 2” ganhos ou perdas decorrentes de passivos e passivos contingentes que se encontram dentro do escopo da IAS 37 ou IFRIC 21 Taxas, se incorridas separadamente.

Ao mesmo tempo, o Conselho decidiu esclarecer a orientação existente na IFRS 3 para ativos contingentes que não ser afectado substituindo a referência ao Quadro para a Preparação e Apresentação de Afirmações.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2022 e se aplicam prospectivamente.

2. IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022

O IASB emitiu Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento, que inibe as entidades da dedução do custo de um item do imobilizado, quaisquer receitas da venda de itens produzido ao

trazer esse activo para o local e condição necessárias para que ele seja capaz de operar em forma pretendida pela Gestão. Em vez disso, uma entidade reconhece o produto da venda de tais itens, e os custos de produção desses itens, no lucro ou prejuízo.

A alteração é efectiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2022 e deve ser aplicado retrospectivamente a itens do imobilizado disponibilizados para uso em ou após o início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a emenda pela primeira vez.

3. IAS 37 – Contratos Onerosos – custos de cumprir com o contrato (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022

O IASB emitiu emendas à IAS 37 para especificar quais custos uma entidade precisa incluir quando avaliar se um contrato é oneroso ou deficitário.

As emendas aplicam uma “abordagem de custo directamente relacionado”. Os custos que se relacionam directamente com um contrato para fornecer bens ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos directamente relacionados ao contrato actividades. Os custos gerais e administrativos não estão directamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente exigíveis à contraparte nos termos do contrato.

As emendas são efectivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2022. O Futuro aplicará essas alterações aos contratos para os quais ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início de o período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez.

4. IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018 – 2020) (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022

Como parte de seu processo de melhorias anuais de 2018-2020 para as normas IFRS, o IASB emitiu uma emenda à IFRS 1 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. A emenda permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 para mensurar as diferenças acumuladas de conversão usando os valores reportados pela casa-

mãe, com base na data de transição da casa-mãe para o IFRS. Esta emenda é também aplicada a uma associada ou empreendimento conjunto que opte por aplicar o parágrafo D16 (a) da IFRS 1.

A alteração é efectiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2022 com adopção antecipada permitida.

5. IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos 10% de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022

O IASB emitiu uma emenda para IFRS 9. A emenda esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um novo ou passivo financeiro modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aqueles pagos ou recebidos entre o mutuário e o mutuante, incluindo taxas pagas ou recebidas por devedor ou credor em nome do outro. Uma entidade aplica a emenda a passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade pela primeira vez aplica a emenda.

A alteração é efectiva para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2022 com adopção permitida. O Futuro aplicará as alterações aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez.

6. IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) (Emendas) – 1 de Janeiro de 2022

O IASB emitiu uma emenda para IAS 41 Agricultura. A emenda remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos activos no âmbito da IAS 41.

Uma entidade aplica a emenda prospectivamente às mensurações do valor justo no ou após o início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2022, com adoção antecipada permitida.

7. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

No período findo em 31 de Dezembro de 2022, a decomposição da rubrica Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais é como segue:

CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO DE MOÇAMBIQUE	2022	2021
Caixa moeda nacional	1 146 766	380 222
Caixa moeda estrangeira	287 543	561 959
Disponibilidades no Banco de Moçambique	2 828 378	2 328 428
	4 262 686	3 270 609

O caixa em moeda nacional corresponde ao valor disponível na tesouraria para fazer face aos desembolsos e levantamentos de clientes. A disponibilidade no Banco de Moçambique é o depósito obrigatório sobre o total dos depósitos de clientes.

8. Disponibilidades em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2022, a decomposição da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito é como segue:

DEPÓSITOS À ORDEM	2022	2021
Moeda nacional	8 216 365	6 972 738
Moeda estrangeira	72 300	377 615
	8 288 664	7 350 354

O saldo da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos nas contas do Futuro junto de outros Bancos, nomeadamente, BCI – Banco Comercial e de Investimentos e Standard Bank, bem como M-Pesa (serviço financeiro móvel). O saldo apresentado reflete a disponibilidade em moeda nacional e estrangeira, convertida em moeda funcional.

9. Aplicações em instituições de crédito

No período findo em 31 de Dezembro de 2022, a decomposição da rubrica de aplicações em instituições de crédito é como segue:

APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	2022	2021
Depósitos a prazo	600 000	600 000
Juros a receber	-	-
	600 000	600 000

O depósito a prazo tem maturidade anual com vencimento em Junho 2023, com juros de 9.65%, junto ao banco Standard Bank, pelo que os juros gerados são contabilizados na conta de proveitos operacionais, com duas linhas específicas a saber: juros recebidos e juros provisionados.

10. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os créditos a clientes correspondem a empréstimos concedidos a clientes. Em 31 de Dezembro de 2022, a carteira de clientes encontrava-se distribuída da seguinte forma:

EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTO A CLIENTES	2022	2021
Empréstimos a clientes	173 654 253	137 436 568
Juros a receber	5 023 104	4 074 867
Imparidade Acumulada	(11 033 765)	(10 837 826)
	167 643 592	130 673 608

O aumento observado na conta de empréstimos a clientes em 2022 resulta do aumento de liquidez disponível por via do reforço do empréstimo do accionista Hollard. Com a liquidez obtida por via do reforço do empréstimo convertível (que em 2022 foi reforçado de MZN 22 800 000 para 45 000 000) potenciou maior investimento em crédito a clientes, em linha com o Plano Estratégico em vigor.

O aumento observado na conta empréstimo e adiantamentos a clientes em 2022 resulta do crescimento obtido na carteira de crédito.

O movimento da imparidade durante o exercício apresenta-se como se segue:

	2022	2021
Saldo de abertura a 1 de Janeiro	10 837 826	6 122 322
Imparidade do exercício	3 599 025	7 864 958
Reversões do exercício		
Créditos abatidos	(3 403 087)	(3 149 453)
Saldo a 31 de Dezembro	11 033 765	10 837 827

	STAGE 1	STAGE 2	STAGE 3	POCI	TOTAL
Quantia escriturada a 1 de Janeiro					
Remensuração de acordo com NIRF 9					
Novos activos originados ou adquiridos					
Transferências para Stage 1	6 522 197				6 522 197
Transferências para Stage 2		785 918			785 918
Transferências para Stage 3			3 725 650		3 725 650
Saldo final a 31 de Dezembro 2022					-
	6 522 197	785 918	3 725 650	-	11 033 765

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas num período de 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3), conforme explicado na nota 2.2.6.

11. Outros activos

O detalhe dos outros activos em 31 de Dezembro de 2022 é como segue:

OUTROS ACTIVOS	2022	2021
Activos por impostos sobre o rendimento	300 000	200 000
Devedores e outras aplicações	2 268 030	1 063 630
Despesas com encargo diferido	4 438 145	2 568 207
	7 006 175	3 831 837

Os activos por impostos sobre o rendimento referem-se ao pagamento especial por conta acumulado dos últimos três exercícios fiscais, pagos em três prestações mensais conforme a Legislação Fiscal vigente em Moçambique.

Na rubrica devedores e outras aplicações encontram-se registados valores das comissões de seguros a receber da Hollard, juros diferidos sobre os depósitos a prazo no Standard Bank e outros saldos a receber.

Nas despesas com encargo diferido estão apresentados os valores de seguros pagos anualmente, rendas pagas trimestralmente e as comissões administrativas sobre o empréstimo obtido junto ao IFAD a serem reconhecidos mensalmente.

12. Activos tangíveis e Activos de direito de uso

Os movimentos registados em activos tangíveis foram como segue:

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRA.	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Custo						
Saldo a 01 de Jan 2021	467 098	1 242 464	7 754 986	4 706 137	14 958 086	29 128 771
Adições	140 325	623 852	452 261	1 176 748	420 492	2 813 678
Abates	-	-	(234 350)	-	-	(234 350)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dez 2021	607 423	1 866 316	7 972 897	5 882 885	15 378 578	31 708 099
Adições	486 631	135 720	1 474 326	895 445	-	2 992 122
Reajustes	-	-	(1 762 617)	-	-	(1 762 617)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dez 2022	1 094 054	2 002 036	7 684 606	6 778 330	15 378 578	32 937 604

	OBRAS EM EDIFÍCIOS ARRENDADOS	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ADMINISTRA.	EQUIPAMENTO BÁSICO E INFORMÁTICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	ACTIVOS DE DIREITO DE USO	TOTAL
Amortizações						
Saldo a 01 de Jan 2021	(29 818)	(270 534)	(2 995 854)	(1 499 975)	(3 993 653)	(8 789 834)
Depreciações do exercício	(10 277)	(167 263)	(1 336 269)	(1 176 534)	(1 891 704)	(4 582 047)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dez 2021	(40 095)	(437 797)	(4 332 123)	(2 676 509)	(5 885 357)	(13 371 881)
Depreciações do exercício	(47 632)	(195 746)	184 734	(1 176 534)	(1 839 142)	(3 074 320)
Abates	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dez 2022	(87 727)	(633 543)	(4 147 389)	(3 853 043)	(7 724 499)	(16 446 202)
Valor líquido contabilístico						
Saldo de Dez de 2021	567 328	1 428 519	3 640 774	3 206 376	9 493 221	18 336 217
Saldo de Dez de 2022	1 006 327	1 368 493	3 537 217	2 925 287	7 654 079	16 491 402

Abaixo apresenta-se o valor contabilístico das responsabilidades com locações (incluidos em “Outros Passivos” na nota 16)

EM 1 DE JANEIRO 2022 - EFEITO DA ADOÇÃO DA IFRS 16 (NOTA 7.1.1)	2022	2021
Saldo a 01 de Janeiro de 2022	11 770 202	12 647 311
Adições	-	420 492
Acréscimo de juros	1 748 691	2 002 399
Pagamentos	(3 240 000)	(3 300 000)
Em 31 Dezembro de 2022	10 278 893	11 770 202

Acima apresenta-se o valor contabilístico das responsabilidades com locações (incluídos em “Outros Passivos”). As análises das maturidades dos passivos de locação financeira estão divulgadas na nota 29.b.

13. Activos Intangíveis

O valor dos intangíveis respeita à aquisição, produção e desenvolvimento dos sistemas de tratamento automático de dados (*software*) adquirido para as actividades do Futuro.

Os movimentos registados na rubrica Activos intangíveis é como segue:

ACTIVOS INTANGIVEIS	SOFTWARE	TOTAL
Custo		
Saldo a 01 de Janeiro 2021	1 050 669	1 050 669
Adições	-	-
Abates	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2021	1 050 669	1 050 669
Adições	317 456	317 456
Abates		
Reajustes	(896 215)	(896 215)
Transferências		
Saldo a 31 de Dezembro 2022	471 910	471 910

	SOFTWARE	TOTAL
Amortizações e imparidades		
Saldo a 01 de Janeiro 2021	(725 581)	(725 581)
Amortizações do exercício	(262 667)	(262 667)
Abates	-	-
Saldo a 31 de Dezembro 2021	(988 249)	(988 249)
Amortizações do exercício	(43 728)	(43 728)
Abates	896 215	896 215
Saldo a 31 de Dezembro 2022	(135 761)	(135 761)
Valor líquido		
1 de Janeiro de 2021	325 088	325 088
Saldo a 31 de Dezembro 2021	62 421	62 421
Saldo a 31 de Dezembro 2022	336 149	336 149

O Futuro regista nesta rubrica o *software* e as despesas iniciais suportadas até à sua utilização em pleno. Estes custos são amortizados pelo método das quotas constantes, em regime de duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada que em geral corresponde a um período de 4 anos. Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos. Com a aquisição da licença SQL Server em Dezembro, houve um aumento significativo nas contas dos activos intangíveis, pese embora, as amortizações destes só serão contabilizadas no início de 2023 após a instalação da mesma;

No que concerne ao tempo vida útil dos activos, foram aplicáveis as seguintes:

ACTIVOS	ANOS DE VIDA UTIL
Obras em edifícios arrendados	5 - 50 anos
Mobiliários e equipamentos	3 -12 anos
Veículos	4 - 5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Maquinas e Ferramentas	6 -12 anos
Outros equipamentos	3 - 10 anos

14. Depósitos de clientes

Nesta rubrica, encontra-se o montante correspondente ao total dos depósitos obrigatórios que são fundos de garantia depositados por clientes com empréstimos e depósitos voluntários de clientes para poupança. Estes depósitos requerem a constituição de reservas mínimas junto do Banco de Moçambique. Em 31 de Dezembro de 2022 o saldo apresenta-se como segue:

DEPOSITOS DE CLIENTES	2022	2021
Depósitos de Fundo de Garantias	21 599 691	16 595 467
Depósitos à ordem voluntários	5 054 362	3 853 151
	26 654 053	20 448 618

15. Empréstimos de accionistas

A rubrica de empréstimos de accionistas apresenta o capital e os juros que O Futuro tem a pagar ao seu accionista Hollard Moçambique.

EMPRÉSTIMOS	2022	2021
Hollard- Capital	45 000 000	22 800 000
Hollard- Juros	3 031 159	2 071 391
	48 031 159	24 871 391

O Futuro reforçou o empréstimo com a Hollard Moçambique (accionista) em Dezembro de 2022 para 45.000.000 MT com à prorrogação do prazo de empréstimo para 01 de Junho de 2023, com as taxas de juros equivalente a prime rate publicado pelo Banco de Moçambique deduzidos de 250 pontos base (cálculo mensal).

16. Outros passivos

O detalhe dos outros passivos em 31 de Dezembro de 2022 é como segue:

OUTROS PASSIVOS	2022	2021
Acréscimos de gastos	3 792 607	3 242 729
	3 792 607	3 242 729

Os acréscimos de gastos referem-se, essencialmente, a provisões de custos relacionados com a rubrica de pessoal (bónus, indemnizações), e serviços de auditoria.

17. Credores

O detalhe dos credores em 31 de Dezembro de 2022 é como segue:

CREDITORES	2022	2021
Proveitos diferidos	985 684	874 556
Passivos de Locação financeira	10 278 893	11 770 202
Impostos	1 020 956	1 173 759
Cartão de Crédito	379 304	193 984
Outros Credores	1 735 851	1 658 478
	14 400 688	15 670 978

Em proveitos diferidos encontram-se as comissões diferidas de empréstimo a clientes.

Nos Passivos de locação financeira encontram-se registados os montantes relacionados com a IFRS 16, renda de imóveis – escritório e armazém juntamente com os juros.

Os impostos, contemplam as contas contribuições para o sistema nacional de segurança social, bem como os impostos de rendimento a serem pagos ao Estado.

Nos outros credores refere-se essencialmente a obrigação de pagamento de prémios de seguros a Hollard, pagamento trimestral de renda do edifício, serviços de consultoria de TI, bem como fornecedores diversos.

18. Capital social

O detalhe do capital social em 31 de Dezembro de 2022 é como segue:

ACCIONISTAS	31 DE DEZEMBRO DE 2022		
	N. ACCÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL	VALOR DO CAPITAL
Agência de Cooperação Suíça em Moçambique	98	63,64%	68.600.000
Hollard Moçambique Companhia de Seguros	54	35,06%	37.800.000
Futuro Mcb, S.A.	1	0,7%	700.000
Eduardo António Lucchesi Reis	1	0,7%	700.000
Saldo a 31 de Dezembro 2022		100,00%	107.800.000

Em 2022, o capital social do Futuro manteve-se em 107.800.000, sendo a Agência de Cooperação Suíça em Moçambique o acionista maioritário com 63.64% de participação no capital, Hollard Moçambique Companhia de Seguros com 35.06% constituída no ano de 2020 e Futuro Mcb, S.A. e Eduardo A. Lucchesi Reis com o mesmo número de acções.

O Futuro tem um Prémio de Emissão no valor 23.782,500 Meticais contabilizado desde 2020 quando da entrada do accionista Hollard Moçambique Companhia de Seguros.

19. Margem financeira

O detalhe da margem financeira foi como segue:

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	2022	2021
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	70 847 473	50 351 210
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	66 501	119 479
	70 913 974	50 470 689

SERVIÇOS FINANCEIROS	2022	2021
Juros sobre passivos com locação financeira	(1 748 691)	(2 002 399)
Juros sobre empréstimos Hollard	(4 906 461)	(2 071 391)
	(6 655 152)	(4 073 790)

Os juros de empréstimos e adiantamentos a clientes aumentaram cerca de 41% comparado com o ano anterior, sendo este aumento sustentado pelo crescimento da carteira de crédito a clientes que registou um crescimento significativo (ver nota 10).

20. Serviços e comissões líquidos

No período findo em 31 de Dezembro de 2022, o detalhe dos resultados de comissões foi como segue:

COMISSÕES RECEBIDOS ASSOCIADOS AO CUSTOS AMORTIZADO	2022	2021
Rendimentos de serviços e comissões	4 521 029	3 967 188
Rendimentos de comissões sobre atrasos	831 952	1 673 702
	5 352 981	5 640 890

OUTRAS COMISSÕES PAGAS	2022	2021
Encargos com serviços e comissões	(2 929 003)	(1 919 286)
	(2 929 003)	(1 919 286)
Serviços e Comissões Líquidas	2 423 978	3 721 604

Os rendimentos de serviços e comissões tiveram uma redução de 5% comparado com o exercício de 2021, impactado pela redução da taxa de comissões sobre atrasos.

Os Encargos com serviços e comissões resultam do valor de comissões cobradas pelo serviço de M-pesa que corresponde a 3% do total de todas as operações de pagamentos mensal de creditos efectuados na platanforma pelos clientes do Futuro.

21. Operações financeiras líquidas

No período findo em 31 de Dezembro de 2022 o detalhe desta rubrica foi como segue:

OPERAÇÕES FINANCEIRAS LÍQUIDAS	2022	2021
Ganhos em operações cambiais	5 518	948 314
Perdas em operações cambiais	(84 202)	(4 429 695)
	(78 684)	(3 481 381)

As operações financeiras líquidas referem-se essencialmente a diferenças cambiais relacionadas com a moeda estrangeira – Dólar Americano - onde se verifica uma redução bastante expressiva 98% devido a estabilidade do Dólar face ao Metical durante o exercício de 2022.

22. Outros rendimentos operacionais

Na data de elaboração das presentes demonstrações, os detalhes da rubrica Outros rendimentos operacionais foi o seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	2022	2021
Outros ganhos e rendimentos operacionais	1 309 839	1 084 760
Donativos	16 824 950	35 230 001
	18 134 789	36 314 761

Outros ganhos e rendimentos operacionais corresponde a recuperação de créditos abatidos, as comissões de seguros e aos reembolsos feitos pelo projeto WIN (TecnoServ).

O montante de 16.821.950 MT em donativos provém da Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação em Moçambique (SDC) ao abrigo contrato nº 81068695 referente à assistência técnica para formação e capacitação dos colaboradores e digitalização do processos.

23. Imparidade líquida do exercício

A rubrica de imparidade para o exercício findo 31 de Dezembro de 2022 teve o seguinte movimento:

IMPARIDADE LIQUIDA DO EXERCÍCIO	2022	2021
Créditos vivos	(2 917532)	(8 489 451)
Créditos vencidos	(681 493)	624 493
	(3 599 025)	(7 864 958)

24. Gastos com o pessoal

No período findo em 31 de Dezembro de 2022, o detalhe da rubrica Gastos com o pessoal foi o seguinte:

GASTOS COM PESSOAL	2022	2021
Remuneração dos colaboradores e gestores	(38 717 266)	(38 425 015)
Encargos sociais obrigatórios	(947 059)	(1 085620)
Outros gastos com pessoal	(194 711)	(244 938)
	(39 859 036)	(39 755 573)

Com referência a 31 de Dezembro de 2022 o Futuro conta com um total de 85 colaboradores. O número médio de colaboradores durante o exercício de 2022 é de 79 (versus 77 em 2021)..

A Remuneração dos colaboradores e gestores registou um acréscimo de 0,76% comparado com o ano anterior. Os encargos sociais obrigatórios sobre as remunerações reduziram por não ter sido registado nenhum caso de indemnização no período em análise (ao contrário do observado em 2021) pelo que, nesse contexto, o montante registado corresponde à percentagem de 4% sobre a remuneração bruta dos colaboradores, a ser contabilizada pelo Futuro como custo com segurança social (custo pago mensalmente, no mês seguinte ao mês em que é incorrido).

A rubrica “Outros gastos com pessoal” corresponde a 1% do salário anual bruto dos colaboradores que beneficiaram da assistência social e a outros gastos relacionados com o pessoal, nomeadamente subsídio de instalação e outros subsídios de trabalho.

25. Outros gastos administrativos

No período findo em 31 de Dezembro de 2022, o detalhe dos outros gastos administrativos é como segue:

OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS	2022	2021
Serviços de consultoria	(4 165 900)	(2 814 293)
Rendas e alugueres	(751 442)	(537 209)
Despesas com auditorias	(1 631 837)	(1 140 000)
Despesas de deslocação e representação	(4 527 620)	(2 936 968)
Seguros	(2 194 401)	(2 727 190)
Comunicação	(1 746 093)	(2 130 007)
Manutenção e reparação	(1 894 620)	(1 346 732)
Marketing e publicidade	(1 204 973)	(1 382 080)
Judiciais e notariado	(1 423 169)	(463 882)
Material de escritório	(980 962)	(552 157)
Água e energia	(888 169)	(915 034)
Combustíveis e lubrificantes	(426 256)	(461 477)
Outras despesas	(3 427 228)	(3 203 515)
	(25 262 671)	(20 610 544)

A rubrica de serviços e consultoria registou um acréscimo 68% pelo facto de o Futuro ter contratado serviços de consultoria informática no âmbito da integração dos sistemas de tratamento de dados usados, tendo também impactado na rubrica das rendas e aluguer pois houve a necessidade arrendar um imóvel para o técnico sénior responsável pelo processo de integração.

A rubrica de despesas de deslocações e representação registou um aumento devido às festividades do 5º ano do Futuro, que contou com a presença dos membros de Conselho de Administração e outros distintos convidados.

As outras despesas correspondem à aquisição de materiais e serviços de limpeza do edifício, serviços de segurança privada, e outros serviços especializados.

26. Outros gastos operacionais

A rubrica de outros gastos operacionais descreve-se conforme o quadro abaixo que inclui gastos com:

OUTRAS GASTOS OPERACIONAIS	2022	2021
Outras perdas	(68 147)	(87 035)
Outros impostos	(690 053)	(42 591)
	(758 200)	(129 627)

A rubrica de perdas é registada as quotas pagas à Ordem dos Contabilistas e Auditores, e Associação Moçambicana de Operadores de Micro finanças (AMOMIF).

Outros impostos é o valor do imposto de selo proveniente da selagem de contratos de prestação de serviços e imposto de selo bancário. Nota-se um aumento bastante significativo por conta do imposto de selo pago sobre o contrato de empréstimo junto ao IFAD.

27. Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações em 2022 tiveram o seguinte comportamento:

DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	2022	2021
Amortizações do exercício	(4 811 562)	(5 021 236)
	(4 811 562)	(5 021 236)

28. Provisões do Exercício

A rubrica de provisões do exercício é analisada como se segue:

PROVISÕES DO EXERCÍCIO	2022	2021
(Reforços) / Reversões de Provisões	1 410 420	691 632
	1 410 420	691 632

29. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração do rendimento integral, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras e são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

O Futuro gerou prejuízos fiscais acumulados não originando o pagamento de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas. O quadro seguinte resume os prejuízos fiscais reportáveis e imposto diferido.

	RESULTADOS FISCAIS	IMPOSTO DIFERIDO
Prejuízos/Lucros fiscais reportáveis:		
- Ano 2017	(2 517 599)	(427 992)
- Ano 2018	(12 316 158)	(2 093 747)
- Ano 2019	(5 855 874)	(995 499)
- Ano 2020	(13 444 597)	(2 285 581)
- Ano 2021	17 370 794	2 953 035
Ano 2022	16 591 291	300 000
	172 142	(2 549 784)

O quadro seguinte apresenta reconciliação entre o lucro contabilístico e fiscal:

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFECTIVA DO IMPOSTO	2022	2021
Lucro / (Prejuízo) antes de impostos	11 858 831	10 261 577
Custos não dedutíveis	4 732 460	7 109 217
Lucro / (Prejuízo) fiscal	16 591 291	17 370 794
Imposto corrente	-	-

No ano de 2022 o Futuro atingiu pela segunda vez consecutiva um resultado fiscal positivo. Contudo, em função dos prejuízos fiscais registados nos anos de 2017 a 2020, o Futuro beneficia do respectivo IRPC a recuperar, bem como dos Pagamentos Especiais por Conta (PEC) no montante de 300.000MT, pelo que não existe lugar a pagamento de IRPC a título definitivo.

30. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2022, os saldos com as partes relacionadas estão apresentados no quadro abaixo. A realização do capital social foi considerada uma transacção de partes relacionadas. O Futuro é controlado pela Agência de Cooperação Suíça (SDC) que detém 63.64% do capital, o accionista Hollard Moçambique Companhia de Seguros detém 35.06% do capital.

PARTES RELACIONADAS	2022	2021
Capital Social	107 800 000	107 800 000
Doações – Cooperação Suiça (SDC)	16 824 950	35 230 001
Empréstimo de accionista com juros – Hollard	48 031 159	24 871 391
Contas a receber - Hollar0064	683 079	615 948
Contas a pagar - Hollard	382 365	544 617
Proveitos/encargos - Hollard	405 115	286 094
	174 126 668	169 348 051

31. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Futuro é considerado como sendo um elemento-chave da gestão do Futuro. Não obstante, o Conselho de Administração não auferiu nenhuma remuneração durante o período findo em 31 de Dezembro de 2022.

32. Instrumentos financeiros

a. Classificação de instrumentos financeiros

COBERTURA DE RESPONSABILIDADES (2022)	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ACTIVOS NAO FINANCEIROS	TOTAL
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	7	4 262 686	-	4 262 686
Disponibilidades em instituições de crédito	8	8 288 664	-	8 288 664
Aplicações em instituições de crédito	9	600 000	-	600 000
Empréstimo e adiantamento a clientes	10	178 677 357	-	178 677 357
Outros activos	11	-	7 006 175	7 006 175
Total activos financeiros		191 828 707	7 006 175	198 834 882
2022	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NAO FINANCEIROS	TOTAL
Passivos Financeiros				
Depósitos de clientes	14	(26 654 053)		(26 654 053)
Outros passivos / Credores	16 e 17	(4 778 291)	(13 415 004)	(18 193 295)
Total passivos financeiros		(31 432 344)	(13 415 004)	44 847 348

COBERTURA DAS RESPONSABILIDADES (2021)	NOTAS	ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	ACTIVOS NAO FINANCEIROS	TOTAL
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	7	3.270.609		3.270.609
Disponibilidades em instituições de crédito	8	7.350.354		7.350.354
Aplicações em instituições de crédito	9	600.000		600.000
Empréstimo e adiantamento a clientes	10	136.061.777		136.061.777
Outros activos	11	-	5.338.496	5.338.496
Total activos financeiros		147.282.739	5.338.496	152.621.236

2021	NOTAS	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	PASSIVOS NÃO FINANCEIROS	TOTAL
Passivos Financeiros				
Depósitos de clientes	14	(20.448.618)		(20.448.618)
Empréstimo convertível	15	(24.871.391)		
Outros passivos	16	(4.117.284)	(14.796.423)	(18.913.707)
Total de passivos		(49.437.293)	(14.796.423)	(39.362.324)

b. Instrumentos financeiros ao justo valor

O Futuro não tem nenhum instrumento financeiro com valorização subsequente ao justo valor. A Administração considera que a diferença entre a quantia escriturada e o justo valor dos instrumentos financeiros acima é imaterial e que a quantia escriturada é razoável e aproximada do justo valor uma vez que estes instrumentos financeiros são de curto prazo.

33. Justo valor dos instrumentos financeiros

O Futuro utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os *inputs* que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam *inputs* que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base regular, O Futuro mediu consistentemente os níveis na hierarquia ao reavaliar a categorização no final de cada período.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor:

2022	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Activos mensurados a custo amortizado				
Empréstimos e adiantamentos clientes	-	-	169 736 254	169 736 254
	-	-	169 736 254	169 736 254

2021	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Activos mensurados a custo amortizado				
Empréstimos e adiantamentos clientes	-	-	134.701.159	134.701.159
	-	-	134.701.159	134.701.159

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do Futuro que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2022 VALOR CONTABILÍSTICO	2022 JUSTO VALOR	2021 VALOR CONTABILÍSTICO	2021 JUSTO VALOR
Activos Financeiros				
Empréstimos e adiantamentos clientes	171 450 762	169 736 254	136 061 777	134 701 159
	171 450 762	169 736 254	136 061 777	134 701 159

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito, aplicações em outras instituições de crédito e o empréstimo acionista se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando 15,90%.
- Os passivos financeiros são descontados através da FPC de 13,25%.

34. Gestão de risco, objectivos e políticas

Introdução

A gestão do risco é parte essencial para o sucesso do Futuro, desempenhando um papel importante na gestão e permitindo operar mais eficazmente num ambiente em constante mudança. A gestão do risco tem vindo a desenvolver-se com o objectivo de se transformar numa das actividades diárias do Futuro, enquanto aspecto vital para a avaliação de estratégias alternativas e de fixação de objectivos, dentro de uma estrutura de gestão que garante o alinhamento com o grau de tolerância ao risco e com a estratégia global.

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Futuro. Assumir riscos de forma apropriada é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício.

α. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Futuro pode sofrer devido a perdas financeiras se os seus clientes ou contrapartes do mercado falharem em honrar os compromissos com o Futuro.

As contrapartes podem incluir os clientes, o Governo e bancos e outras instituições financeiras e não financeiras. O Futuro tem as suas políticas, procedimentos e processos através dos quais controla e monitoriza o risco de todas as actividades.

A exposição ao crédito surge maioritariamente pela via da existência de crédito a clientes. No entanto, o Futuro pode ser exposto a outros riscos de crédito, nomeadamente os que dizem respeito a compromissos e outros que ocorram no decurso das actividades operacionais. Estes riscos são geridos de forma semelhante e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo do risco que surge por via da existência de crédito a clientes.

O objectivo primordial das operações de crédito do Futuro é a geração de rendimentos e a satisfação das necessidades de crédito dos clientes. Como forma de garantir o máximo de eficácia na realização dos seus objectivos, a estratégia do Futuro apresenta uma forte orientação para os clientes, aliada a elementos de capacitação e controlo do risco de crédito.

O relacionamento com o cliente tem como base equipas de “Oficiais de Clientes”, compostas por um líder de equipa e elementos denominados “controlos operacionais”. Estas equipas actuam como o elo de ligação fundamental do Futuro com os seus clientes que podem ser classificados como “Grupo” (grupos organizados) ou como “Individuais” (clientes empresários individuais). O valor dos empréstimos a clientes Grupo varia entre 6 mil e 30 mil meticais e são garantidos pela responsabilidade conjunta de solidariedade e compromisso dos seus membros. O valor dos empréstimos aos micros, pequenos e médios empresários variam entre 10 mil e 5 milhões de meticais.

Os controlos operacionais são elementos fundamentais para prevenir e mitigar os riscos comuns a que o Futuro está exposto. Os mecanismos de controlo das operações consistem sobretudo em solicitar aos colaboradores e clientes, de forma frequente, um ponto de situação sobre as suas operações e actividades de modo a:

- Identificar acontecimentos fora do comum ou desvios, com a maior brevidade possível;
- Entender as razões dessas ocorrências; e
- Propor soluções para fazer face a estas questões.

O Comité de Crédito é o órgão responsável pela tomada de decisões de aprovação ou rejeição de pedidos de empréstimo.

É função do Comité de Crédito aumentar a sua participação no processo de tomada de decisão e criar um elevado nível de responsabilidade entre os colaboradores envolvidos na atribuição e acompanhamento dos créditos a clientes. Esta responsabilidade é fundamental para a qualidade da carteira de crédito. O Comité de Crédito, com a função de decisão e monitorização, é composto por colaboradores experientes e fidedignos contribuindo para uma eficiência organizacional e tomada de decisão atempada tendo por base as necessidades do cliente e as políticas de risco do Futuro.

Exposição máxima ao risco de crédito por classes de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2022, relativamente ao risco de crédito no balanço.

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO RELATIVO A ELEMENTOS DO BALANÇO	2022	2021
Caixa e disponibilidades em Banco Central	4 262 686	3 270 609
Disponibilidades em instituições de crédito	8 288 664	7 350 354
Aplicações em instituições de crédito	600 000	600 000
Empréstimo e adiantamento a clientes	171 450 762	136 061 777
Outros activos	2 568 030	1 263 630
Total do activo na demonstração da posição	187 170 142	148 546 370

Qualidade de crédito

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

QUALIDADE DO CREDITO	STAGE 1	STAGE 2	STAGE 3	POCI	TOTAL	TOTAL
Crédito vivo	155 104 250	4 994 653	-	-	160 098 903	87 453 025,00
Não vencido	155 104 250	4 994 653		-	160 098 903	87 453 025,00
Em imparidade						
Crédito vencido	-	-	11 351 859	-	11 351 859	3 390 745,00
Em imparidade			11 351 859	-	11 351 859	3 390 745,00
Saldo final a 31 de Dezembro	155 104 250	4 994 653	11 351 859		171 450 762	90 843 770,00

Activos financeiros que não estão vencidos

Estes activos são considerados como tendo uma taxa de incumprimento não relevante, estando com um total de dias de inferior a 90 dias.

Activos financeiros avaliados quanto à imparidade

Os critérios que o Futuro utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como o incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existência de fortes evidências de que o cliente vai entrar em falência ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- Desaparecimento de um mercado viável para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando uma diminuição considerável dos fluxos de caixa Futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar de tal decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos;
 - Depreciação do valor do colateral; e
 - Deterioração da posição do cliente;

A política de crédito do Futuro define incumprimento de um determinado cliente quando ocorrem os seguintes eventos:

- O Futuro considera que é pouco provável que o cliente venha a pagar a sua obrigação de crédito na íntegra sem que tenha de exercer a sua opção sobre o eventual colateral;
- Se a outra parte entra em incumprimento com qualquer condição do contrato.

O Futuro avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou coletivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas as exposições com indicação de crédito em incumprimento (activo financeiro com atraso superior a 90 dias) são avaliadas individualmente quanto à imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto à imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade coletiva.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa Futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa Futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Créditos abatidos ao activo

O Futuro estabelece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridas inerentes aos saldos de clientes e outras contas a receber. Depois de identificar um adiantamento como reduzido, e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui que não há uma perspectiva realista para uma futura recuperação e o abate irá existir quando a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável, e não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou a totalidade da dívida.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos tenham sido concluídos e o montante das perdas tenha sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral.

Concentração de risco de crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de clientes que esteja ligado a actividades semelhantes, ou apresentem características económicas similares, se encontra numa situação em que uma mesma adversidade poderá pôr em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais.

Na data do relatório, não se verificavam concentrações significativas de risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro na demonstração da posição financeira.

2022	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	2 828 378	-	-	-	2 828 378
Financeiro	-	8 288 664	600 000	-	8 888 664
Outros sectores	-	-	-	171 450 762	171 450 762
	2 828 378	8 288 664	600 000	171 450 762	183 167 804

2021	DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL	DISPONIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES	TOTAL
Governo	2.328.428				2.328.428
Financeiro		7.350.354	600.000		7.950.354
Outros sectores				136.061.776	136.061.776
	2.328.428	7.350.354	600.000	136.061.776	146.340.558

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Futuro ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento aquando dos vencimentos em circunstâncias normais e de pressão. O Futuro mantém uma carteira de activos com bastante liquidez que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa.

O Futuro estabeleceu linhas de crédito com o grupo a que pertence, a fim de obter liquidez caso seja necessário. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral como para o Futuro em particular. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores de caixa, depósitos de curto prazo e investimentos altamente líquidos com os empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Análise dos activos e passivos financeiros por maturidade contratual

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros da Instituição em 31 de Dezembro de 2022:

2022	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	+ DE 12 MESES	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4.262.686				4.262.686,24
Disponibilidades em instituições de crédito	8.288.664		600.000		8.888.664,23
Crédito a clientes	10.964.521	42.358.749	49.588.509	59.708.709	162.620.488,00
Outros activos (juros especializados)			7.006.175	16.827.551	23.833.725,91
Total activos não descontados	23.515.871	42.358.749	57.194.684	76.536.260	199.605.564,38
Recursos de clientes	5.054.362		21.599.691		26.654.053,01
Empréstimos				48.031.159	48.031.159,42
Proveitos diferidos			4.778.291		4.778.291,01
Passivo de direito de uso	10.278.893				10.278.893,04
Outros passivos		3.136.111			3.136.110,79
Total de passivos não descontados	15.333.255	3.136.111	26.377.982	48.031.159	92.878.507,27
Total Líquido	8.182.616	39.222.638	30.816.702	28.505.100	106.727.057,11

2021	ATÉ 1 MÊS	1 A 3 MESES	3 A 12 MESES	+ DE 12 MESES	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.270.610				3.270.610
Disponibilidades em instituições de crédito	7.350.354		600.000		7.950.354
Crédito a clientes	8.958.525	31.130.038	48.769.662	47.203.552	136.061.776
Outros activos (juros especializados)			1.263.630	11.503.809	12.767.439
Total activos não descontados	19.579.489	31.130.038	49.369.662	58.707.361	160.050.179
Recursos de clientes	(3.853.151)		(16.595.467)		(20.448.618)
Empréstimos				(24.871.391)	(24.871.391)
Proveitos diferidos			(4.117.284)		(4.117.284)
Passivo de direito de uso	(11.770.202)				(11.770.202)
Outros passivos		(3.026.221)			(3.026.221)
Total de passivos não descontados	(15.623.353)	(3.026.221)	(20.712.751)	(24.871.391)	(64.233.715)
Total Líquido	3.956.136	28.103.817	28.656.911	33.835.970	95.816.463

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa Futuros de instrumentos financeiros varie devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de câmbio e cotações.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro decorre de alterações nas taxas de juro com impacto nos fluxos de caixa ou no justo valor dos instrumentos financeiros.

O Futuro monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado na sua posição financeira e fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar em resultado de tais flutuações, mas também podem reduzir ou originar perdas caso ocorram movimentos não previstos. A Administração estabelece os limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada numa base diária.

Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem os saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito e outros activos.

A tabela seguinte resume a exposição do Futuro à taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2022. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensurados pela quantia escriturada e categorizados pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade.

RISCO DE MERCADO 2022	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
Ativos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos					4.262.686
Disponibilidades em inst. de crédito			600.000		8.288.664
Crédito a clientes	53.323.270	49.588.509	59.708.709		162.620.488
Outros activos				23.833.726	23.833.726
Total activos	53.323.270	50.188.509	59.708.709	36.385.076	199.605.564
Passivos Financeiros					
Recursos de clientes				21.151.757	21.151.757
Empréstimos			48.031.159		48.031.159
Proveitos diferidos					
Passivo de direito de uso				4.778.291	4.778.291
Outros passivos				3.136.111	3.136.111
Total de passivos			48.031.159	29.066.159	77.097.318
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	53.323.270	50.188.509	11.677.550	7.318.918	122.508.246

RISCO DE MERCADO 2022	< 3 MESES	ENTRE 3 E 12 MESES	> 12 MESES	SEM JUROS	TOTAL
Ativos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos				3.270.610	3.270.610
Disponibilidades em inst. de crédito		600.000		7.350.354	7.950.354
Crédito a clientes	40.088.563	48.769.662	47.203.552		136.061.776
Outros activos				12.767.439	12.767.439
Total activos	40.088.563	49.369.662	47.203.552	23.388.402	160.050.179
Passivos Financeiros					
Recursos de clientes				(21.151.757)	(21.151.757)
Empréstimos			(24.871.391)		(24.871.391)
Proveitos diferidos					
Passivo de direito de uso				(4.117.284)	(4.117.284)
Outros passivos				(3.026.221)	(3.026.221)
Total de passivos			(24.871.391)	(28.295.262)	(53.166.653)
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	40.088.563	49.369.662	22.332.161	(4.906.860)	106.883.526

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 é a seguinte:

	AUMENTO/DIMINUIÇÃO P.P.	IMPACTO NOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS
2022	+75 pb	863.920
	-75 pb	-863.920
2021	+75 pb	838.428
	-75 pb	-838.428

d. Risco cambial

O Futuro toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais nas suas posições financeiras e fluxos de caixa.

RISCO DE CAMBIAL 2022	MZN	USD	TOTAL
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	3.975.144	287.543	4.262.686
Disponibilidades em instituições de crédito	8.816.365	72.300	8.888.664
Crédito a clientes	171.450.762	-	171.450.762
Outros activos	24.418.685	-	24.418.685
Total activos	208.660.954	359.842	209.020.797
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	21.151.757	-	21.151.757
Passivos de direito de uso	4.778.291	-	4.778.291
Outros passivos	51.167.270	-	51.167.270
Total de passivos	77.097.318	0	77.097.318
Exposição líquida	131.563.636	359.842	131.923.479

RISCO CAMBIAL 2021	MT	USD	TOTAL
Activos financeiros			
Caixa e disponibilidades em bancos	2.708.650	561.959	3.270.609
Disponibilidades em instituições de crédito	7.878.099	72.254	7.950.354
Crédito a clientes	136.061.777	-	136.061.777
Outros activos	16.842.305	-	16.842.305
Total activos	163.490.831	634.214	164.125.045
Passivos financeiros			
Recursos de clientes	(21.151.757)	-	(21.151.757)
Passivos de direito de uso	(4.117.284)	-	(4.117.284)
Outros passivos	(27.897.612)	-	(27.897.612)
Total de passivos	(53.166.653)	-	(53.166.653)
Exposição líquida	110.324.178	634.214	110.958.392

As tabelas abaixo demonstram a sensibilidade para eventuais alterações em USD mantendo as restantes variáveis constantes. O impacto na demonstração de resultados (antes de imposto) é a mesma que em capital.

	AUMENTO/DIMINUIÇÃO P.P.	ALTERAÇÕES NA TAXA DE CÂMBIOS DE USD	IMPACTO NOS RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS
2022	+75 pb	-0,05%	-46.979
	-75 pb	0,05%	46.979
2021	+75 pb	-0,05%	-31.711
	-75 pb	0,05%	31.711

e. Risco operacional

O risco operacional é o risco decorrente de falhas de sistemas, processos, erro humano, fraude ou eventos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Futuro, implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Futuro, através de um quadro de controlo e de vigilância, procura responder aos riscos potenciais e gerir e controlar os principais riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acessos, autorizações e procedimentos de reconciliação, formação de pessoal e processos de avaliação.

f. Gestão de capital

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Futuro:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte estrutura de capital, que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades; e
- Salvaguarde a capacidade do Futuro em termos de continuidade das suas operações, de forma a continuar a gerar resultados para os accionistas e benefícios aos restantes interessados.

O Futuro cumpre integralmente com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE	2022	2021
De base principal (Tier 1)	99.191,33	88.929.753
De base (Tier 1)	99.152,18	99.265.857
Risco de crédito	154.636,65	143.531.596
Risco Operacional	11.139,88	9.203.396
Total de Risco	176.916,41	152.734.992
Rácio de adequação - fundos próprios de base (Tier 1)	56,07%	79,55%
Tier Capital I	56,04%	64,99%
Rácio Global	56,04%	58,22%

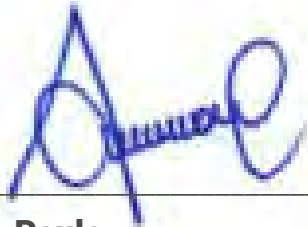
35. Eventos subsequentes

Após a data da demonstração da posição financeira, e até à data em que o conjunto de demonstrações financeiras, foi aprovado pelo Comité de Política Monetária do Banco Central o aumento dos coeficientes de Reserva Obrigatórias em moeda nacional de 10,5% para 28,0%, e em moeda estrangeira de 11,5% para 28,5%, visando absorver a liquidez excessiva no sistema bancário, com tendência de gerar uma pressão inflacionária

Em adição, durante o primeiro trimestre de 2023, o ciclone Freddy e as fortes chuvas acima de 200mm por dia afetaram as províncias centrais da Zambézia, Sofala, Manica, Tete e Niassa no Norte. O ciclone isolou a cidade de Quelimane, a quarta maior do país, bloqueando o acesso terrestre e destruindo vários hectares de terras cultivadas, além de deixar parte da população sem habitação e gerar um retrocesso ao crescimento económico e social em áreas remotas.

Embora seja esperado que o ciclone tenha diversos impactos negativos na sociedade, saúde e economia, as avaliações preliminares realizadas indicam que não há impactos materiais significativos que possam colocar em causa a continuidade do negócio.

Importa salientar que os eventos subsequentes identificados acima não geraram qualquer impacto nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2022.



Amone D. Paulo
Técnico de contas



Pierre Strauss
Presidente do Conselho de Administração

Anexo
à Circular
n°3/SHC/2007



08.



MODELO III

Balanço - Contas Individuais (Activo)

31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS		DEZ-22				DEZ-21
		NOTAS / QUADROS	VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	
	Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	3.586.959		4.262.686	3.270.609
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	8	22.179.232		8.288.664	7.350.354
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		0		0	
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0		0	
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda		0		0	
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	9	600.000		600.000	600.000
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	10	178.677.357	11.033.765	167.643.592	130.673.608
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade		0		0	
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra		0		0	
21	Derivados de cobertura		0		0	
25 - 3580	Activos não correntes detidas para venda		0		0	
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento		0		0	
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	12	32.937.604	16.446.202	16.491.402	18.336.217
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	13	471.910	135.762	336.149	62.421
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		0		0	
300	Activos por impostos correntes		100.000		300.000	200.000
301	Activos por impostos diferidos		0		0	
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	11	6.212.756		6.706.175	3.631.837
	Total de activos		244.765.818		204.628.668	164.125.045

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas. (2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e nos passivos se tiver saldo credor. (3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

MODELO III (PASSIVO)

Balanço - Contas Individuais (Passivo)

31 de Dezembro de 2022

RUBRICAS		NOTAS / QUADROS	DEZ-22	DEZ-21
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais			
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação			
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito			
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	14,15	74.685.212	45.320.008
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos			
44	Derivados de cobertura			
45	Passivos não correntes detidas para venda e operações descontinuadas			
47	Provisões	16	3.792.607	3.242.729
490	Passivos por impostos correntes			
491	Passivos por impostos diferidos			
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital			
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados			
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	17	14.305.907	15.670.978
			94.781	
	Total de Passivo		92.878.508	64.233.715
	Capital			
55	Capital	18	107.800.000	107.800.000
602	Prémios de emissão	18	23.782.500	23.782.500
57	Outros instrumentos de capital		0	
-56	(Acções próprias)		0	
58 + 59	Reservas de reavaliação		0	
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		(31.691.170)	(41.952.747)
64	Resultado do exercício		11.858.831	10.261.577
-63	(Dividendos antecipados)		0	0
	Total de Capital		111.750.161	99.891.330
	Total de Passivo + Capital		204.628.668	164.125.045

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas		Notas / Quadros	Dez-22	Dez-21
79 + 81	Juros e rendimentos similares	19	70 913 974	50 470 689
66 + 67	Juros e encargos similares		(6 655 152)	(4 073 790)
	Margem financeira		64 258 822	46 396 899
82	Rendimentos de instrumentos de capital		0	0
80	Rendimentos com serviços e comissões	20	5 352 981	5 640 890
68	Encargos com serviços e comissões	20	(2 929 003)	(1 919 286)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0	0
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda			
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	21	(78 685)	(3 481 381)
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1) - 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 -	Resultados de alienação de outros activos		0	56 085
75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	21	17 376 591	36 129 048
	Produto bancário		83 980 706	82 822 255
70	Custos com pessoal	24	39 859 036	27 728 269
71	Gastos gerais administrativos	25	25 262 671	32 637 847
77	Amortizações do exercício	12, 13	4 811 562	5 021 236
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		(1 410 420)	(691 632)
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	3 599 025	864 958
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		0	0
	Resultados antes de impostos		11 858 831	10 261 577
65	Impostos Correntes Diferidos		0	0
74 - 86	Diferidos		0	0
640	Resultados após impostos		11 858 831	10 261 577
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

Principais indicadores prudenciais e económico-financeiros (regulamentares)

O Futuro Nos termos do Aviso n.º 16/2017, do Banco de Moçambique, o banco publica, trimestralmente, no seu website, os seus principais indicadores Prudenciais e Económicos Financeiros (IPs), sendo que para o ano de 2022, foram resumidos na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	INDICADOR	
	2022	2021
CAPITAL		
Rácio de Alavancagem	64,34%	80,2%
Rácio de Solvabilidade	63,43%	76,3%
Tier 1 Capital	56,07%	64,9%
QUALIDADE DE ACTIVOS		
Rácio de Crédito Vencido Até 90 dias	4,2%	1,7%
Rácio de Crédito em Incumprimento (NPL)	5,3%	2,2%
Rácio de Cobertura do NPL	170,79%	167,8%
GESTAO		
Custo de Estrutura	86,03%	87,47%
Custo de Funcionamento	29,84%	39,21%
Rácio de Eficiência	2.135,95	1.668.530
RESULTADOS		
Rácio da Margem Financeira	39,53%	32,2%
Rentabilidade do Activo (ROA)	5,79%	6,3%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)	8,99%	7,9%
LIQUIDEZ		
Rácio de Activos Líquidos	93,49%	91,1%
Rácio de Transformação	609,03%	637,6%
Rácio de Cobertura de Liquidez de Curto Prazo	206,06%	236,4%

Parecer do Fiscal Único



09.



Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do Futuro MCB, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos conferiram em Assembleia Geral Ordinária de 28 de Abril de 2022, apresentamos o Relatório e Parecer sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no Futuro MCB, S.A. ("Futuro"), relativamente às Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Futuro.

Relatório

No decurso do exercício acompanhámos com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Futuro e verificámos a regularidade da escrituração contabilística, da respectiva documentação, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Futuro as informações e os esclarecimentos solicitados sobre o negócio bem como sobre outras matérias de natureza contabilística, financeira, controlo interno e de gestão de riscos.

O presente exercício foi marcado pela entrada em vigor do novo Código Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 1/2022 de 25 de Maio. Contudo, as alterações introduzidas pelo novo Código Comercial não tiveram impacto significativo na actividade fiscalizadora.

No âmbito das nossas funções, contámos com a colaboração do Auditor Independente, Ernst & Young – Sociedade de Contabilistas e Auditores Certificados, Lda., com o qual mantivemos contacto no âmbito da sua auditoria às demonstrações financeiras do exercício em referência.

Examinámos a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2022, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos, tendo concluído que os mesmos se apresentam de forma apropriada, satisfazem os requisitos legais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Futuro bem como os resultados das operações. Os princípios contabilísticos e critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.



Apreciámos o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo é suficientemente esclarecedor sobre a conjuntura económica global e nacional, o desempenho dos negócios e da situação do Futuro, evidenciando os aspectos mais significativos. Em relação a proposta da aplicação do resultado líquido do exercício no montante de 11.858.831 Meticais, que prevê a alocação de 30% do resultado (3.557.649 Meticais), destinado à constituição da reserva legal e o remanescente (8.301.182 Meticais) para resultados transitados, foi verificada a sua conformidade com os requisitos legais e regulamentares, com especial destaque ao disposto no artigo 82, nº 1 da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Adicionalmente, procedemos a apreciação do Relatório do Auditor Independente sobre a auditoria às demonstrações financeiras do Futuro referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, preparadas pela Administração em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), cujo âmbito e opinião expressa mereceram a nossa consideração.

Parecer

Tendo em consideração os procedimentos expostos acima, e face às informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços do Futuro, bem como as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente, somos do parecer favorável à:

- i) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022;
- ii) Aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração; e
- iii) Aprovação da proposta de aplicação do resultado apresentada pelo Conselho de Administração

Maputo, 20 de Abril de 2023

O Fiscal Único

I2A Auditores, S.A.

Representado por:



Ismael Faquir

Managing Partner



Rua dos Desportistas Nr. 833 – Edifício JAT V-3, 13.º Piso – Maputo, Moçambique – NUIT:400 593 027
(+258) 21 35 58 00 geral@i2aconsultoria.com www.i2aconsultoria.com



Estrada Nacional 8
Bairro de Namutequeliua - Nampula

+ 258 84 314 0799
contato@futuromcb.com

